

TRANSCRIÇÃO DO ÁUDIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 03/10/2019 EM BAEPENDI – MG

ASSUNTO: Audiência pública relativa ao requerimento de licença prévia concomitante com a licença de instalação e operação do Empreendimento RTA – Real Tecnologia Ambiental Ltda, referente a atividade: Aterro Sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte, no município de Baependi/MG.

DATA DA REALIZAÇÃO: 03/10/2019, às 19h.

LOCAL: Ginásio Poliesportivo Coreião, localizado na Rua Cônego Monte Raso, nº 71, Centro em Baependi/MG

COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA:

COORDENADOR: Sr. Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Superintendente da SUPRAM Sul de Minas

SOLICITANTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: Dr. Bérqson Cardoso Guimarães – Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais

DIRETOR REGIONAL DE CONTROLE PROCESSUAL DA SUPRAM: Sr. Frederico Augusto Massote Bonifácio

REPRESENTANTE DO EMPREENDIMENTO: Sr. Eduardo Martins Filho

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: *((música tocando concomitantemente com a fala do orador))* Por favor! Solicito ao representante do empreendimento para que faça a composição da Mesa para dar início à audiência pública. Solicito a todas as pessoas que tomem seus assentos para iniciar os nossos trabalhos. Senhoras e senhores, boa noite! Meu nome é Cezar Augusto Fonseca e Cruz, sou Superintendente da SUPRAM Sul de Minas, *((inaudível))*...Varginha. É uma Unidade Regional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável *((inaudível))*, e irei hoje presidir a sessão. Desde já agradeço a presença de todos. Essa audiência pública ela foi requerida pelo Ministério Público, que está devidamente legitimado conforme preconiza o art. 4º da DN COPAM 625, que se

encontra representado pelo Dr. Bérqson Cardoso Guimarães, Promotor de Justiça. Esta audiência pública é relativa ao requerimento de licença prévia concomitante com a licença de instalação e operação do empreendimento RTA – Real Tecnologia Ambiental Ltda – ME, atividade: aterro sanitário, inclusive aterro sanitário de pequeno porte. A convocação para essa audiência pública foi publicada na imprensa oficial na quarta-feira dia 04 de setembro de 2019, à página 10 do referido órgão de imprensa. Solicito a todos que mantenham seus celulares desligados. Quem não assinou a lista de presença geral solicitamos que assinem logo na entrada do evento. As inscrições para manifestação durante a audiência pública poderão ser realizadas até 60 minutos contados da data de abertura desta sessão, portanto até as 8 horas e 20 minutos, sendo limitada a 36 inscrições, conforme regras previstas na deliberação normativa. O EIA/RIMA ele está disponível para consulta durante a sessão. A equipe técnica da SUPRAM Sul de Minas está presente, através do Gestor do seu Processo Administrativo, do seu Diretor de Regularização e Diretor de Controle Processual. A função deles durante a audiência, é perceber os pontos levantados que serão tratados posteriormente na análise do processo de licenciamento ambiental. A equipe técnica da SUPRAM Sul de Minas não irá se pronunciar, portanto, caso existam dúvidas pertinentes ao licenciamento ambiental ou protocolos a serem realizados, os interessados poderão fazer formalmente, no prazo de até 5 dias úteis, via Correios, ou entregá-los fisicamente na SUPRAM Sul de Minas, cuja a sede está localizada na avenida Manoel Diniz, 145, bairro Industrial JK, das 8h30min da manhã às 16h30min da tarde. Fazem parte desta Mesa Diretora, eu Cezar Augusto, enquanto Presidente da Mesa, o nosso Diretor Regional de Regularização Ambiental, digo, de Controle Processual ao meu lado direito, senhor Frederico Augusto Massote Bonifácio, ao meu lado esquerdo o solicitante da audiência pública, representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais, o senhor Bérqson Cardoso Guimarães, e ao lado do meu diretor de controle processual, do meu lado direito, o representante do empreendimento o senhor Eduardo Martins Filho. O plenário será composto por todos os senhores enquanto convidados, e essa audiência pública será integrada então, pela sua Mesa Diretora e pelo seu plenário. A tribuna, a nossa esquerda, vai ser o espaço físico destinado àqueles que quiserem fazer uso da palavra e que estiverem devidamente inscritos e identificados. É válido explicar neste momento as regras que regem a audiência, regras estas que estão em consonância com a DN 225 de 25 de julho de 2018, conforme seu artigo 1º. O objeto

dessa audiência pública é expor à comunidade as informações sobre a obra ou atividade potencialmente causadora de significativo impacto ambiental e o seu respectivo Estudo de Impacto Ambiental – EIA, dirimindo dúvidas e recolhendo críticas e sugestões a respeito do assunto, e que irá subsidiar a decisão da SUPRAM Sul de Minas quando da exarcação do parecer técnico a respeito do pedido do processo de licenciamento. Essa audiência pública será composta por 5 partes, a primeira parte é esta que faço agora, da qual são expostas as normas e regras e segundo as quais se processará a audiência pública. A segunda parte desta audiência se refere à exposição, momento no qual a empresa irá apresentar o seu empreendimento à sociedade. Neste momento, a empresa Real Tecnologia Ambiental, através de seu representante e contará com 45 minutos para poder fazer as exposições, devendo destacar que minimamente essa exposição do empreendedor ela deverá tratar das características gerais da atividade do empreendimento, dos impactos ambientais positivos e negativos, potenciais ou efetivos e seus respectivos agentes causadores inerentes as fases de instalação e operação e encerramento, especialmente quanto a abrangência e magnitude e duração. Deverá também tratar dos impactos negativos que serão evitados, dos impactos negativos que não poderão ser totalmente evitados, mas que serão mitigados. Dos impactos negativos que não poderão ser evitados nem mitigados, mas que serão compensados. Das estratégias que serão adotadas para maximização dos impactos ambientais positivos, priorizando-se a sua incidência no seu município sede da atividade, ou empreendimento e nos demais municípios de sua área de influência. As justificativas técnicas escolhidas para a realização do empreendimento e apresentará as razões pelas quais foram escolhidas em detrimento das demais tecnologias disponíveis. Peço então, especial atenção ao representante do empreendimento para que esses itens cuja determinação que está prevista na norma sejam trabalhadas durante sua exposição. No mesmo, nessa segunda parte o Ministério Público, através do representante, contará com 30 minutos pra fazer a sua exposição. Na terceira parte desta audiência pública serão chamados os inscritos para manifestação que serão divididos em 12 blocos de perguntas e respostas, sendo que cada bloco será composto por três falas ou questões dos presentes que terão cada um até 3 minutos para se manifestar, seguida de uma resposta única de 6 minutos, até 6 minutos por parte do empreendedor para atender as respostas destes questionamentos, totalizando um tempo máximo de 180 minutos. A quarta parte consiste nas considerações finais,

cabendo ao representante do empreendimento ou equipe técnica dele 10 minutos para manifestação. Também será concedida nesta quarta parte 10 minutos para manifestação do solicitante, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. E finalmente, chegaremos a quinta parte na qual será realizado o encerramento da presente audiência. Solicito então, que todos fiquem em pé, para a execução do Hino Nacional.”

(Execução do Hino Nacional Brasileiro)

*Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da pátria nesse instante.
Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar
com braço forte,
Em teu seio, ó liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!
Ó pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!
Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu,
risonho e límpido,
A imagem do cruzeiro resplandece.
Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza.
Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!*

*Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do novo mundo!
Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".
Ó pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!
Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro dessa flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.
Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora,
É a própria morte.
Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó pátria amada!
Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Dando continuidade então a nossa audiência, iniciaremos agora a segunda parte, na qual iremos inicialmente rever a apresentação por parte do empreendimento que terá para tanto, o prazo de 45 minutos, até 45 minutos para poder fazer a apresentação do projeto do empreendimento.

SR. WILLIAN PRESSATO FAUSTINO (ENGENHEIRO CIVIL E CONSULTOR DA RTA): Boa noite! Boa noite a todos e boa noite a todas! É...meu nome é Willian sou

representante da empresa do empreendimento e da empresa consultora que elaborou os estudos ambientais. Nossa empresa é Souza e Pressato Engenharia, existe há 10 anos e nós já atuamos no licenciamento ambiental, uso de recursos hídricos minerais e intervenções ambientais.

(É iniciada a apresentação dos slides)

Primeiro slide: A Resolução CONAMA 237/1997 traz alguns conceitos que eu vou passar pra vocês pra que consiga compreender a apresentação do empreendimento e o rito ambiental do licenciamento. É...então, o licenciamento ambiental previsto na legislação é um ato administrativo ao qual o órgão ambiental o estabelece normas, regras e dá oportunidade da audiência pública conforme nós estamos fazendo nesse momento. O licenciamento ambiental ele é dividido em três fases, uma fase prévia onde a gente...é onde o órgão ambiental avaliador analisa as questões locacionais, a concepção e a viabilidade ambiental do empreendimento. As outras duas fases, LP a LI e LO, a LI autoriza a instalação do empreendimento, e a LO autoriza a operação.

Próximo slide: O que são estudos ambientais? São estudos dos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação do empreendimento que são apresentados como subsídios para análise da solicitação da licença ambiental.

Próximo slide: Pois bem, a equipe técnica que elaborou os estudos ambientais, nós temos quatro aqui presentes, sou eu...é...composta por geólogo, engenheiro de minas, engenheiro civil, engenheiro ambiental, engenheiro florestal, engenheiro agrônomo, advogados e biólogos.

Próximo slide: Então como é que funciona o sistema de licenciamento ambiental? No Estado de Minas Gerais, o Decreto 47.383 de março de 2018, descreve todas as normas para o licenciamento ambiental, seu artigo 3º,...artigo 13º define que a SEMAD a Secretaria Estadual de Meio Ambiente é quem é apta a licenciar, analisar os estudos ambientais desse empreendimento, dos empreendimentos. A SUPRAM ela está aqui representando a CEMAD.

Próximo slide: Como é que funciona o licenciamento ambiental? O empreendedor que deseja licenciar, ele preenche um formulário, apresenta pro órgão ambiental, o

órgão ambiental lista os documentos necessários, ele elabora os documentos e apresenta pro órgão ambiental. É nesse momento que apresenta, é que dá início ao processo de licenciamento.

Próximo slide: Dentro dos documentos e do rito ambiental, o órgão ambiental assim que recebe faz uma análise prévia, depois acontece a audiência que e essa etapa que nós estamos, onde o órgão ambiental vai complementar as informações que ele possui, depois disso ele conclui sua análise. Após a conclusão da análise, é que o empreendimento vai ter a sinalização pra sua instalação ou não.

Próximo slide: Então, como que surgiu esse empreendimento, aterro sanitário da RTA? Foi percorrido durante dois anos cerca de 6 mil quilômetros na identificação de algumas áreas pra posteriormente, posterior estudo ambiental. Então, essa figura que é uma figura 3 que faz parte do EIA ela demonstra alguns pontos, algumas cidades, alguns lugares que foram visitados antes de se escolher algumas áreas principais para iniciar o estudo ambiental.

Próximo slide: A partir dessas áreas foram selecionadas através de critérios ambientais três possíveis áreas para o licenciamento, duas áreas em Pouso Alto e essa área que a gente está estudando nesse processo.

Próximo slide: Na figura 4 do EIA é possível identificar essas áreas com detalhamento de cada uma delas. Então a área que nós estamos em estudo ela está em linha reta 4,5 quilômetros do primeiro núcleo populacional de Baependi e 3 quilômetros do primeiro núcleo populacional de Caxambu, os mais próximos.

Próximo slide: Essa é a concepção geral do empreendimento aonde quais são as principais premissas dele. É uma empreendimento que manterá as nascentes preservadas, todas as matas...as vegetações existentes preservadas, supressão apenas de algumas árvores isoladas, proteção mecânica das células de, de resíduos, uma vida útil de 31 anos, e utilizando acessos, acessos existentes, ou seja não será necessário a abertura de nenhuma outra via.

Próximo slide: Então essa é a concepção do empreendimento na área indicada pelos estudos ambientais como a melhor área do ponto de vista ambiental, do ponto de vista ambiental é técnico.

Próximo slide: Então, é uma propriedade de 48 hectares dividida em 4 células, células de resíduos e uma área para instalação de apoio, escritório e etc. O volume de todas as células é um volume de 2178 metros cúbicos para...é...destinação dos resíduos após o tratamento. Então essa é uma vista das células após é...concluídas.

Próximo slide: Eu trago nessa...nessa figura uma...uma informação que nós obtivemos no dia 1º na terça-feira agora, essa é uma informação recente, trazida numa apresentação do órgão ambiental, a Secretaria de Gerenciamento de Saneamento da FEAM, numa apresentação que ocorreu em Varginha. Esse mapa ele representa todos os municípios que a SUPRAM Sul de Minas toma conta na questão de análise ambiental.

Próximo slide: Veja que eu destaquei essa região, essa região é exatamente aonde nós estamos, nossa região. Então todas as áreas verdes são municípios que já cuidam do lixo, já cuida do seu resíduo e tem a destinação adequada e a licença ambiental.

Próximo slide: Tudo que tá cinza são municípios que não têm tratamento algum do seu resíduo, ou seja, do ponto de vista ambiental eles estão irregulares. Então aqueles municípios lá da nossa região, eu transporte pra dentro da bacia do Rio Verde. Essa linha, esse polígono em azul é a Bacia do Rio Verde e os seus municípios. Então vejam que 40 por cento dos municípios, 40 por cento da área territorial em relação a Bacia do Rio Verde são municípios irregulares do ponto de vista de tratamento de resíduos.

Próximo slide: A apresentação da empresa será dividida em 3 blocos. Esse bloco é o bloco da empresa consultora, então a empresa consultora entende que esse empreendimento ele é viável, uma vez que o projeto contempla soluções técnicas suficientes para reduzir, mitigar e controlar os possíveis impactos ambientais das atividades no local proposto.

Próximo slide: Aqui eu deixo um contato da nossa empresa e o telefone para qualquer dúvida relacionada aos estudos ambientais.

SR. ANDRÉ LUIZ GALVÃO RODRIGUES (REPRESENTANTE/SÓCIO DA RTA):

Boa noite a todos! Vou só esperar o pessoal mudar o slide lá, porque a minha apresentação e da engenheira Bruna está separada ok? Infelizmente nós tivemos um imprevisto, colocou um telão, mas infelizmente não deu certo, e eu espero que todos entendam a nossa mensagem. Vamos lá!

Primeiro slide: Existem as formas mais conhecidas de tratamento de resíduos, são aterros sanitários e incinerador. Aterro sanitário e a forma mais adequada de disposição, pois o lixo é...se decompõe naturalmente. Por quê que eu falo isso? Ah tem gente que fala: “mas é bom montar um incinerador que já queima de uma vez e não gera chorume”. Só que às vezes você pensa que tá resolvendo um problema e tá criando outro problemão, infelizmente.

Próximo slide: É incineração, esse incinerador é na Alemanha que é o país top né, aonde se tem o melhor tratamento de resíduo. É na Alemanha um dos países número 1 em tratamento de resíduos, só que olha só, um puto de um empreendimento, tudo bonitinho, queima o lixo 100 por cento, mas a fumaça gerada aqui... olha só, gera dioxina que é um produto que os senhores estão vendo aqui complicado. Na França, por exemplo, existe um grande movimento para acabar com os incineradores, por quê? As regiões que têm incineração na Alemanha, que tem a Itália, que tem a França tem um grande índice de câncer por conta da dioxina que cai na fumaça né, que cai na atmosfera, cai nas plantas, cai nas pastagens contamina o leite das vacas e as pessoas tomam o leite e acaba contaminando as pessoas, infelizmente.

Próximo slide: O que é um lixão? É isso que os senhores estão vendo tá, a cidade vizinha aí tá. É...olha só! Não vou entrar em detalhe que não dá tempo, tá.

Próximo slide: Olha aí, a cidade. ((*manifestação do público com vaias e assovios*))
Legal né! Vocês gostam né? Vocês gostam de lixão, né?

Próximo slide: Vamos lá! Olha aí! ((*manifestação de vaias do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Por favor, todos vão ter o seu momento de se manifestar! E eu garanto isso enquanto Presidente da Mesa. Eu gostaria que no momento da manifestação tanto do Ministério Público, quanto do empreendedor, que a gente pudesse ouvir. É importante pra gente também, enquanto SUPRAM, ouvir as apresentações, ouvir também as manifestações de vocês pra poder ter a nossa decisão. Muito obrigado!

SR. ANDRÉ LUIZ GALVÃO RODRIGUES: **Próximo slide:** Olha só pessoal! Imagens de aterro de vala ou controlado, hoje nem existe mais aterro controlado, ou é adequado ou é inadequado.

Próximo slide: Essas são imagens...desculpa, voltou aqui...vamos lá! Como que começa um lixão de aterro de vala? Coloca o lixo direto no solo, depois que preenche, joga terra em cima. Mas alguém vai lá e põe fogo fica lá queimando. Essa fumaça é tóxica. Esse desenho aqui mostra que o chorume vai penetrando no solo e contamina o lençol freático, ok?

Próximo slide: Essa foto eu tirei no lixão de Cachoeira Paulista, há 20 anos atrás, onde tudo começou. Eu fui nesse lixão pela primeira vez o dia que tirei essa foto pisei numa agulha de seringa quase que fui contaminado, e a partir daí eu declarei guerra contra os lixões, por isso que eu estou aqui.

Próximo slide: É...aterro sanitário. Esse aqui é um modelo de aterro sanitário encerrado na Alemanha, eu não lembro agora a cidade, mas na Alemanha.

Próximo slide: É...esse é o modelo de aterro sanitário no Brasil, encerrado também tá, e o que interessa é o que vou mostrar, a parte técnica de tudo que é feito, tá.

Próximo slide: É um mapa que abrange a AMAG e a AMARGE. São 32 ou 33 municípios, Baependi tá bem no centro, só que nós vamos atender as cidades que, como o Willian já mostrou, que estão inadequadas aqui ao redor. Essas mais longes a maioria já estão sendo tratado de maneira adequada. Então a gente tá aqui pra resolver os problemas das que tão com problema realmente.

Próximo slide: É...a região tem em torno de 11 cidades que necessitam de aterros sanitários, tá. Aqui em baixo tem o volume de resíduos tá, não é muita coisa, tão pensando...tem gente falando aí que vai receber lixo de 40 municípios, não é assim gente, tem todo um critério, a gente vai respeitar tudo que é regra, tudo que é critério, porque não dá pra brincar com o meio ambiente.

Próximo slide: Resíduo gente, não é tudo a mesma coisa, são três classes de resíduos, sendo esse que tá em vermelho é o classe 1, é o resíduo perigoso. Esse nós não vamos receber de forma alguma, até porque já existe lei municipal que proíbe, tá, receber aqui no município. E nem tem empresa aqui, não adianta nada fazer um investimento alto sendo que não tem demanda pra resíduo industrial aqui, aqui...e a tendência nossa somente resíduo domiciliar.

Próximo slide: Classe 2-A resíduo não inerte são basicamente o resíduo domiciliar, que gera nas casas, que são 50 por cento desse material reciclável. O classe 2-B é poda de árvore, restos de construção civil que dá pra fazer compostagem. Muitos materiais aqui estão sendo reaproveitados...borracha, por exemplo, já existe técnica hoje que dá até pra fazer asfalto, com a moagem da borracha, né. No Rio de Janeiro já está acontecendo bastante isso.

Próximo slide: Centro de triagem. A gente vai montar o centro de triagem, porque todo o lixo que chegar tem que ser triado antes de ir pra célula, até pra gente atender a nova lei do resíduo sólido. Só pode ir pro aterro, aquilo que não se aproveita mesmo, tá. Então a gente vai montar o centro de triagem que é a forma mais adequada pra tá separando os lixos. Porque infelizmente nós sabemos que no Brasil é difícil implantar a coleta seletiva, que seria uma maravilha, né, mas até isso acontecer nós temos que separar esse resíduo na entrada do aterro.

Próximo slide: Esse...esse é o modelo que nós estamos propondo pra região, aterro...modelo de aterro circular. Nós vamos encher a primeira célula, quando tiver colocando aqui a gente já abre a segunda, quando tiver trabalhando aqui, vamos pra terceira enquanto isso essa primeira já tirou o resíduo, já triturou e o composto vai pra adubar campineiras, canaviais, cafezais e aquele material que não se aproveita vai pra célula 4 pra ser decomposto naturalmente porque é um material que não se aproveita de forma alguma, tá.

Próximo slide: É esse...por quê que a gente vai fazer esse modelo? A tendência é a gente acabar com passivo de lixo, não ser mais aterrado o lixo, e esse modelo vai ter a oportunidade da gente colocar o material lá, cobrir, depois que secar, ficar bem seco, porque coberto com a manta vai secar 100 por cento, aí sim, a gente vai triturar, moer e fazer a compostagem.

Próximo slide: Esse é o modelo de aterro sanitário.

Próximo slide: Isso aqui é importante gente! Por que as pessoas às vezes confundem lixão com aterro sanitário? Porque os dois são colocados de forma, na terra, só que lixão não tem, como os senhores viram na imagem, não tem proteção nenhuma, e o aterro sanitário tem, principalmente o nosso sistema que é modelo de projeto criado na França chamado colchão drenante, tá. Tem sistema de espinha de peixe com proteção mecânica que não é tão seguro. Esse sistema aqui é totalmente seguro, solo natural vem a manta de PAD de 2 milímetros, que é essa Geomembrana aqui, o Geotextil 600 gramas, 10 centímetros de areia grossa, 40 centímetros de pedra de brita de 4 polegadas, um outro Geotextil de 200 gramas, pra daí vir o resíduo. Se a gente colocasse terra aqui pra proteger a manta, o chorume ia penetrar na terra ia virar um barro e acabar até tirando a estabilidade do aterro, dessa forma aqui é risco zero.

Próximo slide: Essa imagem, essa foto eu tirei quando estava implantando o aterro de Cachoeira Paulista, essa...chama cortina vegetal, ou cinturão verde, essa é a área que implantou a primeira célula, hoje já é claro que o aterro tá com 15 anos, já tem algumas células de aterro de lixo aqui.

Próximo slide: Essa foto mostra como que foi feito o fundo do aterro, faz uma terraplanagem com uma caidinha de 2 por cento, quase que nivelado, somente pra correr o chorume, não pode deixar muito torto porque não pode tirar a estabilidade do aterro, então tem todo um critério. Depois a gente faz uma compactação na área, faz o teste de compactação, se der uma compactação a -10...a -7 a gente tem que fazer uma compensação com bentonita, que é um produto natural como é o calcário, a gente faz uma mistura como a massa de bolo, com terra bem vermelha espalha, compacta e faz o teste novamente, o ensaio até dar atingir a compactação ideal.

Mesmo assim, mesmo a gente colocando a manta a gente tem todo o cuidado do solo não ter perigo de dar infiltração.

Próximo slide: Aqui já tão esticando as mantas, a maquininha que faz a soldagem, ela solda 10 centímetros uma em cima da outra e fica um vãozinho no meio sem soldar, porque a gente tem que fazer o teste da soldagem. Oh...tem um compressor aqui do lado, solta a pressão da solda aqui, se acusar alta pressão no relóginho, beleza, tá garantido, se não acusar, a gente tem que ir andando vendo onde tá saindo a pressão do ar e tem um outra maquininha pra fazer o reparo. Mas geralmente essa maquininha não falha ela é muito boa. A maquininha é importada, que custa hoje torno de R\$ 90 mil uma máquina dessa.

Próximo slide: Esse...essas fotos aqui mostram a primeira área do aterro já pronta pra ser protegida, a proteção mecânica. Os aterros tradicionais, é colocada uma camada de 50 centímetros de solo e feito as drenagens tipo espinha de peixe. Só que veja bem gente, isso aqui é importante! Se eu colocar o lixo aqui, o chorume pode empurrar essa terra no meio das pedras aqui e entupir o dreno e o aterro ficar sem estabilidade, e a gente não quer isso, a gente não quer risco, o melhor sistema como eu falei é o colchão drenante, a manta tá aplicada, em cima tem o Geotextil de 600 gramas, a areia...10 centímetros de areia, 40 centímetros de pedra 4 polegadas, depois um outro Geotextil 200 gramas pra fazer um filtro daí sim, vem o resíduo aqui em cima, basicamente o orgânico que a gente vai colocar aqui. Isso aqui não tem como escorregar, não tem como deslizar, a própria pedra que faz a proteção mecânica já serve pra fazer o filtro do chorume.

Próximo slide: Isso aqui é como se tivesse tirado uma fatia do aterro, tem o lençol freático, solo natural, a manta de 2 milímetros. Essa manta gente, dura em torno de 350, 360 anos tá, então ela vai demorar muito tempo pra se decompor. O lixo geralmente dura em torno de 100 anos, saco de lixos, essas coisas, então ela dá pra ficar bastante tempo e garantir, durante muitos, centenas de anos tem essa garantia. Olha só, a saída... não terminei aqui. É...só terminando aqui. Em cima da pedra vai o lixo, claro que a gente colocou aqui representando uma fatia pequena do lixo, porque ficaria muito grande.

Próximo slide: A saída do aterro tá do lado direito, a saída do chorume por gravidade cai num tanque pulmão, do tanque pulmão a gente pode drenar pra esse tanque fechado de fibra ou então a gente pode levar já direto pra tratar. Nós vamos tratar o chorume em Lavras, nós não vamos tratar nada aí no aterro. Tudo que gerar de efluentes ali, nós vamos levar pra tratar fora, ok?

Próximo slide: Como que faz a célula? A gente coloca, despeja o lixo em cada célula, cada célula tem 5 metros de altura, o trator de esteira empurra de baixo pra cima, depois é compactado e no final da tarde a gente cobre com uma camada de terra. Não consigo voltar aqui...

Próximo slide: É...depois que encher as células a gente vai colocar grama nas laterais, nos taludes, e depois que encher totalmente o aterro a gente vai cobrir com manta, porque daí a água da chuva vai bater aqui vai escorrer, o material que tiver dentro vai secar, e depois de um ano, um ano e meio, dois anos a gente vai poder triturar esse material e fazer esse composto, tá.

Próximo slide: É...ao redor do aterro vai ter os postes de monitoramento. Cada aterro vai ter dois postes de monitoramento na parte de baixo, ou seja, jusante, e um na parte de cima, montante, para ser periodicamente analisada as águas, isso vai ficar a critério depois da SUPRAM o tempo, ok? Do lado direito tem uma foto que mostra, as águas de chuvas vai descer pela escada hidráulica, caí na canaleta, daqui vai pra um...a gente vai fazer uns poços no terreno pro lado de baixo pra ser aproveitada essa água, cair no solo e infiltrar. A gente quer fazer isso aí até como modelo, pra quando a gente fazer o nosso trabalho de educação ambiental de repente tá passando até pros fazendeiros ou pro sitiante uma forma da gente tá aproveitando melhor a água de chuva, porque hoje chove á água da chuva, meia hora, tá no rio, não se aproveita, temos que fazer uma forma de aproveitar essa água, tá ok?

Próximo slide: Esse desenho aqui mostra que nós estamos respeitando os 200 metros de cada nascente, nós não queremos fazer nada que esteja irregular. Na área tem alguns lugares, que lá no início no estudo dizia que tinha nascente e não tem, pode ser que há 100 ou 200 anos atrás tinha nascente, mas hoje não tem. Tem

algumas nascentes sim que a gente vai respeitar como eu falei 200 metros, mas tem muitas que foram catalogadas anos atrás, mas hoje não tem, tá.

Próximo slide: Olha só, parece que nessa grotinha aqui tem água, mas não tem.

Próximo slide: Olha aí, parece que tem uma nascente, mas não tem.

Próximo slide: Sustentabilidade. Isso aqui é um trabalho que eu desenvolvi lá em Cachoeira Paulista e que desenvolver aqui também. Trabalho de educação ambiental, envolver as escolas, implantar viveiro de mudas, fazer trabalho dentro e fora do empreendimento, envolvendo escolas, secretarias de meio ambiente, porque o mundo tá precisando de árvores, enquanto estão desmatando aí nós temos que fazer a nossa parte, né, plantar árvore.

Próximo slide: Visita em parques, esse trabalho aqui eu fazia uma média 45 a 50 palestras por ano lá, então eu desenvolvi um trabalho bacana lá e quero dar continuidade aqui.

Próximo slide: Recebi a visita até internacional tá, um pessoal da Alemanha, uma das Universidades mais famosa da Alemanha, eles levavam todo ano, no finalzinho do ano, o último ano da Engenharia Civil, eles levaram lá pra conhecer o nosso trabalho, e gostava, tá.

Próximo slide: Pra isso acontecer gente, tem que ter uma equipe, projetos, não é fácil, a gente sabe, por isso que eu falo prefeitura não tem condição de cuidar de lixo. Nós temos exemplo de cidade vizinha que já teve um aterro bacana e hoje infelizmente virou lixão, porque o prefeito monta um aterro e fala essa aqui é a menina dos meus olhos. Maravilha, bonito, faz um auê! Depois troca de prefeito, o prefeito que entra, aquilo não é prioridade dele e acaba virando um lixão, infelizmente isso acontece tá. Eu por exemplo, hoje eu trabalho numa empresa que tá cuidando de um único aterro no Vale do Paraíba que ainda é da prefeitura. Vocês não imaginam como que eu tô ralando lá pra poder dar conta do recado, mas vou dar conta, por questão de honra pra mim, porque quem me indicou pra fazer esse trabalho foram pessoas da CETESB, pessoas que fiscalizam lá que me indicaram, então virou questão de honra. Se Deus quiser quero dar conta do recado. Mas logo,

logo estarei pronto, vamos fazer um trabalho de encerramento lá e logo, logo se Deus quiser a gente aprovando aqui, vou tá aqui pra tá fazendo um trabalho aqui também.

Próximo slide: Aqui é meu contato tá, eu agradeço a atenção de todos e vou passar pra engenheira Bruna pra ela terminar de fazer a apresentação. Obrigado gente!

SR^a. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA (ENGENHEIRA AMBIENTAL E CONSULTORA DA RTA): Boa noite a todos! Que a paz do Senhor esteja com todos vocês! Querido Deus e amado Pai consagro esse trabalho e essa noite em Tuas mãos em nome de Jesus para que o Senhor seja glorificado. Amém! É...eu agradeço a Deus pela oportunidade, né, de ter apresentado a audiência em Caxambu, na qual eu me comprometi em trazer um parecer acerca dos fatos sempre baseado na verdade, a fim de exaltar o nome de Cristo a quem eu sirvo. E devido ao tempo vou focar na questão da legislação de recursos hídricos.

Primeiro slide: É...vocês não vão ver direito mas naquela página do meu blog eu vou colocar essas apresentações para que vocês possam apreciar. A lei mineira 10793 do ano de 1992, ela veda diversos empreendimentos em locais conhecidos como bacias de manancial. Mas antes de entrar propriamente dito na lei, eu vou discorrer o que seria uma Bacia. Perdão!

Próximo slide: Bacia hidrográfica ela é a área de drenagem de um rio principal e seus afluentes, tudo escoar pra um determinado curso d'água abastecendo-o.

Próximo slide: O que seria um manancial? São águas que contenham classe 1 e especial que estejam acima do ponto de captação. Classes de água são determinadas pela diferença de qualidade das mesmas. Eu não vou entrar nesse assunto, mas ela está na DN nº 1 COPAM, tá. Vamos supor que essa daqui é a COPASA e aqui é a nascente. Tudo que vem estar entre a nascente e o ponto de captação se for classe 1 e classe especial ele vai caracterizar como bacia de manancial.

Próximo slide: Voltando naquela lei 10793, ela afirma quais empreendimentos que ela afirma vedar: hospitais, cemitérios, loteamentos, conjunto habitacional, aterro sanitário e uma outra infinidade de empreendimentos. Mas a mesma lei que se diz vedar aterro sanitário, ela nos encaminha pra CONAMA 357 que é alterada e complementada pela CONAMA 430, ambas Federais. A CONAMA 430 antes de entrar nela eu vou explicar o que seria um ciclo hidrológico.

Próximo slide: O ciclo hidrológico é o seguinte: desde que Deus criou o mundo nós utilizamos a mesma água. O que sai da sua torneira hoje um dia ele já foi esgoto. Tudo faz parte de um ciclo e se renova, ela evapora, ela transpira através da vegetação, e ela volta e cai em forma de chuva e infiltra, e esse é um ciclo.

Próximo slide: O que seria um efluente, pra que vocês entendam também a legislação? O efluente...ele tá rodando sozinho. O efluente são resíduos provenientes de indústrias, de esgotos, que depois de tratados e atingidos alguns padrões de potabilidades exigidos por lei, eles retornam ao curso d'água. Esse aqui é uma estação de tratamento de esgoto, e depois de atingido esses padrões ele, ele volta pro curso d'água fazendo parte daquele ciclo, por exemplo o chorume ele faz parte de um efluente também, que seria um efluente. Eu vou pedir pra pessoa mudar o slide pra mim porque ele tá mexendo sozinho aqui.

Próximo slide: É...a lei, a CONAMA 430 de 2011, ela disse o seguinte, ela afirma que qualquer fonte poluidora poderá lançar o seu efluente em água classe 1 após o devido tratamento. Ele diz assim: "qualquer fonte poluidora", isso inclui aterro sanitário. Porém conforme dito, no caso da RTA, o efluente deverá ser retirado por uma empresa terceirizada, e tratado num outro lugar. Notem que em 1992 a mesma lei mineira que ela se disse que não poderia ter hospital, loteamento, conjunto habitacional etc, eu pergunto: a população poderia viver sem isso? Também não né! E sem aterro sanitário? Também não, porque ninguém consegue sobreviver sem produzir resíduo. A média é cerca de 1 kg por dia pra cada habitante. Numa população de Baependi de 19 mil pessoas são 19 toneladas dia, 6.935 toneladas por ano, e aí a gente vê pra onde é que vai tudo isso, né! Poder mudar, por favor!

Próximo slide: No caso de Baependi vai pro lixão e em cidades que se importam com o meio ambiente, cidades mais sérias, eles vão pro aterro sanitário. Aí...pode mudar, por favor!

Próximo slide: Entendendo a necessidade de aterro sanitário, aquela lei mineira de 1992 que ela é submissa à Legislação Federal, ela é obrigada a permitir que em nossa cidade haja não somente aterro sanitário, mas hospitais, metalúrgica, conjunto habitacional, e isso se prova quando ela no leva...nos leva a leis posteriores, por exemplo, a tão chamada DN 118 do COPAM. Essa lei de 2008, ela veda a destinação final do lixo em Bacia classe 1 e classe especial, porém ela não define que tipo de destinação final ela está vedando, pois há dois tipos de destinação final, a ambientalmente adequada e a ambientalmente inadequada. Também em 1992, a NBR 8419 ela fala sobre aterro...projetos de aterro sanitário. Na época ela propôs que só deveria haver impermeabilização inferior no aterro sanitário, se o órgão estadual assim solicitasse. Percebe porque que a lei 10793 e o COPAM 118 temeram as destinações finais de resíduos, porque tais destinações elas poderiam ser inadequadas caso o órgão estadual assim não se manifestasse, então porém hoje é passado. Pode mudar, por favor!

Próximo slide: A Política Nacional de Resíduos Sólidos, a PNRS, Lei 12305 ela é Federal né! Ela definiu o que é uma destinação final ambientalmente adequada. Seria reutilizar, reciclar, compostar, recuperar, fazer aproveitamento energético e a disposição final. Mas o que seria a disposição final? Pode mudar, por favor!

Próximo slide: Ela seria a distribuição ordenada de rejeitos em aterros observando normas específicas, ou seja, somente... isso, mantém... somente os rejeitos devem ir para o aterro que é no caso da RTA. Pode mudar, por favor!

Próximo slide: Ela também define que reciclagem é ela é o processo de transformação de resíduos que envolvem, preste bem atenção no vermelho, a alteração das suas propriedades físicas, físico-química biológicas com vista a transformação de novos insumos. É...pode mudar, por favor!

Próximo slide: Lembra que a DN COPAM 118 ela veda a destinação final de lixo, mas ela não diz que tipo de destinação final ela está vedando? Se ela se referisse a

destinações finais ambientalmente adequadas nenhuma dessas ações...pode mudar, por favor!

Próximo slide: Nenhuma dessas ações seria permitido: reutilização, reciclagem. Nem uma simples Associação de catadores poderia existir, já que o processo de prensa de uma garrafa plástica, ela altera...pode, pode mudar!

Próximo slide: Ela altera sua propriedade física, e isso é reciclagem, ninguém poderia reutilizar, compostar, reaproveitar. Pode passar, por favor!

Próximo slide: Ninguém poderia dispor dessas técnicas de sustentabilidade. Pode mudar, por favor!

Próximo slide: Esse aqui é o mapa sul de Minas Gerais, tá! Bacia do Rio Verde. Pode mudar, por favor!

Próximo slide: Ele vai tá aqui mais ampliado, né...mais perto. Essa aqui é a região, é a Baependi né, mais no centro, vocês não conseguem ver direito, mas ele é intensamente drenado. Isso aqui está no site do IDE-Sisema, qualquer um tem acesso, né. É... o mapa Sul de Minas a gente vê que ele é intensamente drenado, aí eu pergunto pra você, se há alguma dúvida se há algumas águas classe 1 e especial aqui, acima dos pontos de captação? Eu creio que não, né! Imagine que municípios inteiros estariam impedidos de exercer sustentabilidade. Também não deveria haver hospitais, conjuntos habitacionais, loteamento, e eu pergunto: seria justo? Não! Na verdade seria injusto, inviável e até inacreditável. Pode mudar, por favor!

Próximo slide: Se analisarmos a legislação estadual, como que também proibindo a destinação final ambientalmente adequada, ela própria está inadequada, quanto...ela própria está inadequada quanto à política nacional de resíduos sólidos. Assim sendo, ela precisa ser alterada, mas se ela não está, ela permite sim a destinação final ambientalmente adequada. Quer ver como ela permite? Vamo...muda, por favor, pra mim!

Próximo slide: Um bom exemplo de Legislação Estadual é a lei 18031, tá! Essa lei...pode mudar por favor!

Próximo slide: Ela diz que são obrigações dos geradores de resíduos, coletar esses resíduos sólidos e dar destinação final ambientalmente adequada, sob pena de responder civil e criminalmente nos termos da legislação Fe...é...Legislação Ambiental. Isso também prova que o que a DN 118 proíbe é a destinação final ambientalmente inadequada.

Próximo slide: Pra finalizar, esse aqui é um aterro sanitário do Grupo Solví em Betim, Minas Gerais, ele é um aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, que é o caso da RTA, só que, além disso, ele também recebe resíduos perigosos, o que a RTA não deve fazer. Esse aterro ele trata o próprio chorume, que também não é o caso da RTA, ela vai terceirizar e levar pra outro lugar. Esse aterro sanitário, olha que interessante, ele foi inaugurado em 2004, doze anos depois daquela lei mineira 10793 que tentava proibir aterro sanitário em Bacia de manancial, e detalhe, ele está numa Bacia de manancial, recebendo 200 toneladas por dia de resíduos, tratando de forma adequada, e de tão excelente, após 3 anos somente de sua inauguração, ele recebia como ICMS Ecológico R\$ 450 mil reais pra investir no município, com educação com tratamento de antigo lixão. Então eu pergunto: será que gerou muito emprego? Muda por favor!

Próximo slide: Será que o povo gosta disso? Será que tem educação ambiental? Será que tem práticas de sustentabilidade? E se não fosse ele as 200 toneladas dia estaria indo pra onde? Pode mudar, por favor!

Próximo slide: Estaria indo pra um lixão. Se ainda resta dúvida sobre a viabilidade de aterro sanitário, o mapa mostra... pode mudar, por favor!

Próximo slide: Esse mapa, ele mostra aqui a cidade de Caxambu, a cidade de Baependi, essa daqui é a área do empreendimento da RTA, esse daqui é o curso d'água, do Rio Palmeira e esse aqui é o sentido do fluxo dele, em laranja. O do Rio Baependi o fluxo está em amarelo. Aqui essa bolinha branca é a área de captação da COPASA, e essa estrelinha branca é o lixão. Então vocês percebem que, o lixão está a montante da captação da COPASA, isto é, ele está rio acima da COPASA. Toda contaminação ela é levada pra água, dificultando e encarecendo o tratamento, tá. Então, assim, enquanto o local da RTA, aqui, mesmo se ele não tivesse toda a

segurança que foi descrita, que presente no projeto, impermeabilização, tratamento, ele ainda acrescenta a vantagem de não interferir em nada quanto ao ponto de captação da COPASA, já que o ribeirão Palmeira, ele desagua no rio Baependi somente depois do ponto de captação. Então concluindo, o aterro sanitário ele é a solução pra o caos. Pode passar, por favor!

Próximo slide: Por que assim diz o Senhor que criou os céus, o Deus que formou a Terra, que a fez e a estabeleceu não a criando para ser um caos... *((manifestação de vaias do público))*...mas para ser habitada. Eu sou o Senhor e não há outro! Pode passar, por favor!

Próximo slide: Deus não quer o caos, Ele quer apenas o que é correto. Minha família tem área à jusante do empreendimento, e eu sou totalmente a favor do aterro sanitário. *((manifestação de vaias do público))*

Próximo slide: Esse daqui é o meu blog, o meu contato. Se vocês quiserem ver essa apresentação, porque eu acredito que muitas pessoas não conseguiram prestar atenção por conta de algumas coisas, né! Então eu agradeço a... *((manifestação de vaias e assovios do público))*...eu agradeço as pessoas que levam a sério, eu peço a Deus que cuide e guarde e ilumine a mentalidade de muitos, e que perdoe o pecado de vocês também. Deus abençoe! *((manifestação de vaias e assovios do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Obrigado ao representante do empreendimento. Dando continuidade a segunda parte da nossa audiência pública, momento é de exposição. Vamos ouvir agora o Sr. Bérqson Cardoso Guimarães, Promotor de Justiça representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que é o solicitante da audiência pública. E contará com 30 minutos para fazer a sua exposição. *((manifestação de aplausos do público))*

DR. BERGSON CARDOSO GUIMARÃES: Boa noite a todos! Gostaria de cumprimentar as autoridades presentes, o Superintendente da SUPRAM Cezar Augusto, que eu já conheço de longa data atuando na SUPRAM, eu que fiz parte, tive essa honra de fazer parte do COPAM de longos anos. Participamos de muitas audiências públicas, acompanhamos vários licenciamentos ambientais, como

Coordenador do Sul de Minas da área ambiental do Ministério Público. Queria cumprimentar também Frederico, que é representante, o Diretor de Controle Processual, também o representante da empresa o senhor Eduardo Martins, da RTA aqui presente, a todos os profissionais que trabalharam nesse projeto e faço a saudação também especial a todos os vereadores e prefeitos que estão aqui presentes. As autoridades que estão acompanhando com muita atenção, essa...esse processo de licenciamento da decisão de instalação de um aterro regional entre os municípios de Caxambu e Baependi. Pois bem. Eu acho que a questão ela guarda uma singeleza e uma simplicidade, que ela está clara, está cristalina, e queira Deus que possa estar clara também aos que estão trabalhando nesse processo da SUPRAM. O primeiro ponto que nós gostaríamos de abordar, é que quando nós falamos em leis, regulamentos, regras, imposições colocadas pela Administração Pública, nós estamos falando de leis que têm que ser cumpridas. Se ouve muito no país um bordão que, tem lei que pega e tem lei que não pega. Isso nós só podemos compreender isso num país atrasado, que é um país que nós não queremos ser. Então as regras e as leis existem para serem cumpridas. Todos os vereadores, prefeitos, pessoas que exercem cargos públicos aqui presentes sabem que quando se elabora um conjunto de leis, um sistema legal, não é para nós discutirmos e acharmos bonito, mas é para garantia da sociedade, é para garantia da comunidade, é para que os direitos e deveres das populações daquelas comunidades sejam obedecidos. E é nosso dever, principalmente das autoridades públicas, vereadores, promotores de direito, juízes, representantes do Estado, fazer com que essas leis sejam cumpridas. E, por quê que eu digo isso? A primeira legislação básica dessa questão do aterro regional, ela tá dentro de uma deliberação normativa do próprio COPAM, da própria SUPRAM, do próprio sistema ambiental que é nº 33 de 1998 que fala sobre os enquadramentos das águas da Bacia do Rio Verde. Essa deliberação normativa está aqui e ela trata dos trechos de água, dos trechos dos ribeirões, das nascentes, do qual é vedado, ou seja, é qualificado quais que são aquelas águas essenciais para o funcionamento das comunidades. Esse é um trabalho de todo sistema de recursos hídricos do país. Hoje mais cedo, pude cumprimentar aqui a Stella Guida que tá aqui presente, que é presidente do Comitê de Bacia do Rio Verde. Essa legislação Stella, tem que ser defendida por nós, tem que ser defendida pela população, tem que ser defendida pelas...pelos Comitês, pelos CODEMAs...((*manifestação de aplausos e assovios do público*))...porque fomos nós, através dos nossos representantes, que colocamos isso pra ser

obedecido, não pra ser desrespeitado, e esses cursos d'água que estão classificados por trecho na região do Avanço, coloca como de classe 1 e de classe especial algumas...algumas áreas ali. Eu vou dar um exemplo disso que eu tô falando, o ribeirão Santo Agostinho, lá no Alto Gamarra, lá em cima é tido como classe especial, por quê? Porque as águas que estão ali não abastecem só Baependi, é...Caxambu, mas são importantes aflúências de toda essa região até para Varginha, ou seja, a água não é a água que cai do céu literalmente, é a água que nós sabemos preservar, é a água que nós sabemos importante, sem a qual nós não conseguiríamos sobreviver. E a lei coloca taxativamente a proibição, através dessa deliberação normativa, nos trechos específicos nessa região do Avanço, por quê? Lá nessa legislação, seria importante até que nós pudéssemos ter recursos, pra distribuir cópias dessa legislação numa audiência como essa, mas há específico lá, o trecho 51 está lá no Avanço, rio da Palmeira, das nascentes até a confluência com o córrego Ressaca, inclusive classe 1. Ribeirão da Cachoeirinha ou João Pedro das Nascentes até a confluência com o córrego Mombaça, inclusive classe 1. A legislação que tem que ser analisada como um sistema, proíbe então esse tipo de empreendimento nesse local, porque a área é potencialmente uma área de manancial. Baependi tem sérios problemas de gestão, é uma cidade que não tem ainda o saneamento básico, é uma cidade ainda que não tem o seu Plano Diretor, é uma cidade que ainda não tem a gestão territorial, leis confusas, leis que não resguardam uma simples autorização de conformidade. Quando uma autorização de conformidade ela é emitida dizendo que aquele empreendimento ou local está de acordo com as leis, quais leis são essas? Se não existe nem o Zoneamento Econômico Ecológico no município. Eu faço um apelo, vejo vereadores aqui, eu faço um apelo, me parece que são só dois, Adelina, não sei...mas eu faço um apelo aos legisladores, aqueles que nos representam, que são àqueles a quem se atribui a feitura das leis, que nos ajudem a preservar esses direitos da população, que de repente naquele local, percebe o homem simples do local, percebe que aquela água é importante, e muitas vezes não sabe que ele está protegido até por uma lei específica, mas está. Pois bem. E não é mais, um outro ponto de extrema importância, se é classificado como classe 1, venho a discordar da fala da última profissional, na verdade as restrições e proibições de implantação de certos empreendimentos como aterros sanitários, em locais assim classificados, está clara pela própria legislação. Eu digo isso com conhecimento de causa, porque nós temos lutado, falo da minha função como Coordenador Regional, na tentativa de solução

desses casos, tentando com os prefeitos municipais a organização de consórcios públicos, tentando soluções a anos e anos, e realmente é um problema complexo que muitas vezes não há uma comunicação viável entre representantes, entre prefeitos municipais e autoridades de um município e outro. Pois bem. O que está em jogo, senhores, é a qualidade da água, são as políticas de saneamento futuro pra essa região, tanto de Baependi como de Caxambu. Quando se fala desse termo esquisito chamado enquadramento das águas, existe a classe especial, a classe 1, classe 2, classe 3, classe 4. A classe especial dei o exemplo lá do Santo Agostinho, no Alto Gamarra, águas essenciais a toda essa região, e a classe 1 do qual está qualificada ali naquele local. Essa, esse enquadramento tem todo um histórico de profissionais, de técnicos, de Conselhos, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, das Secretarias, que organizaram, através de audiências públicas, essa legislação para proteção da população, e não tem sentido nós agora desrespeitarmos essa legislação, simplesmente fingindo que a lei ela não existe. Essa seriedade dos problemas da organização legal em Baependi, da legislação do zoneamento, vários, convoco, peço aos vereadores pra que se atentem a necessidade de proteção de locais como esse, através de uma legislação também municipal. A outra legislação que é uma deliberação do COPAM, deliberação 118, que me parece que tá em vigor sobre a questão da disposição final de resíduos sólidos, ela explica o quê que é uma área de proteção permanente, o quê que é o aterro sanitário, um depósito de lixo, um lixão, e ela veda expressamente, ela destinação final de lixo em Bacias, cujas as águas sejam classificadas na classe especial e na classe 1. Não podemos dourar a pílula e querer interpretar que isso seria uma destinação não adequada, não é isso que a lei fala. A lei quer prevenir danos, até porque um empreendimento como esse, não gera...gera impactos talvez positivos, mas também negativos. O transporte, a movimentação de caminhões, as estradas que precisam ser mantidas e esse ônus é das prefeituras municipais, é do bolso do contribuinte. O contribuinte no final é que vai ter que arcar com esses impactos negativos, não só os moradores locais. As soluções existem, as soluções técnicas, as soluções de gestão, as soluções, inclusive foi mostrado aqui hoje várias operações até da Alemanha. O Brasil tem tecnologia pra tratar, pra produzir energia, não só pra enterrar lixo, enterrar lixo já tá sendo visto como algo arcaico, dado o impacto negativo que isso traz, e ele tem uma vida útil, muitas vezes são 15 anos, 20 anos. Como que se vai tratar dessa forma? Então é essa a vedação legal. A outra vedação legal que está presente expressa na legislação é a Resolução CONAMA

357, e a Deliberação Normativa Conjunta do COPAM e do Conselho Estadual 01 de 2008 que trata justamente dessa classificação das águas. A legislação que trata dos mananciais é um sistema, essa Deliberação Normativa que qualifica o quê que são as águas de classe 1 do local, a disposição sobre mananciais. Muitas vezes esse manancial não está protegido por um sistema de legislação municipal, mas é uma falta, é uma necessidade de atenção, de estudo dos municípios pra que isso possa ser produzido. Caros cidadãos de Baependi e de Caxambu e da região aqui presente, as soluções existem e os problemas dos municípios são realmente sérios. O Ministério Público, com muito cuidado, tivemos a oportunidade de ouvir o empreendedor numa audiência judicial, ocorrida no dia 24 de setembro próximo agora, pudemos nessa audiência, colocar nessa que é possível ser colocado ao empreendedor uma alternativa locacional, por que não? Se assim as autoridades que estão conduzindo esse processo entenderem viável, as autoridades locais, a comunidade, mas não numa área essencial em termos de recursos hídricos, e volto a dizer, área de manancial, importantíssima tanto para as cidades de Caxambu e Baependi e toda região. Pois bem. Nessa audiência judicial, em que a judicialização é contra o Estado, que nós requeremos algumas atuações por parte da SUPRAM e do IGAM, contra o município de Baependi, a pessoa do senhor prefeito municipal, em função também de pedidos, né, e também em relação à empresa. Foi feito um acordo entre algumas partes, o Ministério Público e o município de Baependi, no qual Baependi revogou, por uma decisão administrativa, a Certidão de Conformidade, que havia sido concedida dentro do processo de licenciamento, para autorização desse empreendimento no local. Já anteriormente a isso, o prefeito de Caxambu, em atenção à parte técnica, ouvindo as várias considerações da parte técnica, legislativa, legal sobre isso, entendeu pertinente de revogar também a Certidão de Conformidade, porque parte da área tá no município de Caxambu. Então é uma decisão já judicial. Hoje conversando com Dr. Cezar ele me disse que formalmente essa notícia não chegou a SUPRAM, é...nós, isso está sendo colocado nessa audiência pública e nós faremos formalmente então, a SUPRAM, essa decisão que já foi apresentada no processo, de revogação de conformidade dos dois municípios. ((*manifestação de aplausos e assovios do público*)) Audiências públicas como essa são importantíssimas para que a comunidade possa se manifestar e dizer que são soberanos também as suas escolhas, que as suas escolhas têm que ser ouvidas, que a política pública que ela quer no município, ver a parte técnica, ver as suas escolhas, as várias agremiações que aqui estão atuando elas têm que ser

ouvidas, e é na audiência pública em que a população tem possibilidade de se manifestar. Coisas como essa acontece pouco no Brasil, porque nós temos uma cultura de não participar como aquele assunto não fosse nosso. Deixa que lá, é alguém que tá decidindo, deixa. Mas aquilo interfere no preço que eu pago no arroz, no feijão, na carne, na gasolina, na aposentadoria. Assim como está discutindo no Congresso a previdência, e isso é uma lei, essa lei é importantíssima e nós temos que estar atentos a quem está decidindo, porque senão outros vão decidir por nós. ((*manifestação de aplausos e assovios do público*)). Contrário, muitas vezes contrariamente aos nossos interesses. Pois bem. Já caminhando pra terminar. Essa decisão de certa forma, ela, no nosso ponto de vista dentro do processo de licenciamento que continua dentro da SUPRAM, no nosso ponto de vista do Ministério Público, além da proibição legal de instalação desse tipo de empreendimento nesse local, ela é um fator, a nosso ver, decisivo, porque é dessa forma que as comunidades colocam que não querem esse tipo de empreendimento no local. Elas têm essa oportunidade também de atuar no desenvolvimento do seu município, de atuar nas opções dos impactos positivos e negativos. A população tem que ser ouvida, né. Então toda a legislação, ao contrário do nosso entendimento do que foi exposto aqui, ela está colocada no sentido da proibição de instalação desse tipo de empreendimento no local. É...nós fazemos parte do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em Belo Horizonte, em que essas questões são muito discutidas. Nós temos que atuar em Baependi, Caxambu, essas cidades que foram apresentadas, que têm o problema da disposição de resíduos sólidos, através de soluções que sejam viáveis, e de uma forma participativa, através de consórcios, tentar os consórcios, o município realmente sozinho não tem condição de tratar o seu lixo, dada a complexidade que isso envolve. A dinâmica com os catadores, a dinâmica com as cooperativas. Muitas vezes o empreendimento ele é apresentado, primeira coisa que se coloca é empregos. Quantas e quantas vezes eu já vi empreendimentos serem instalados com essa bandeira de tantos e tantos empregos, mas muitas vezes na realidade ele traz mais impactos. Hoje nós vivemos uma outra era, uma era em que toda indústria no município era só fator positivo. Essa era passou, porque aquilo que alguns chamam de externalidade negativa, é a água que você tá consumindo, é o preço do tributo que você vai pagar pra geração de resíduo, é o preço do tributo que você vai pagar pra sua água ser tratada. E o quê que são esses impactos? Muitas vezes eles estão acontecendo. Nós vivemos em Baependi uma situação de tragédia na perspectiva da gestão territorial, os

pontos turísticos no município que tem, uma vocação ecoturística...tão sendo degradados pela má gestão, pela falta de legislação reguladora, pela uma falta administrativa. ((*manifestação de aplausos do público*)) Não há um zoneamento econômico, ecológico, uma falta do Plano Diretor, na zona rural o parcelamento do solo em Baependi está sendo criminoso, lotes e glebas sendo vendidos com uma chamada favelização da zona rural em Baependi. Agora, a providência e tomar providência sobre isso, nós, é impossível um único órgão, ou a Polícia, ou Ministério Público, ou a SUPRAM. Tem que ser um trabalho conjunto, um trabalho que envolve a legislação, que envolve a gestão territorial, que envolve essa discussão do tratamento de lixo na cidade. E nós estamos convictos dessa proibição legal de um tipo de empreendimento com esse perfil ser instalado naquele local do Avanço. ((*manifestação de aplausos*)) Pois bem. Na ação judicial que houve que se realizou dia 24 do mês de setembro, a empresa RTA pediu 60 dias para se manifestar em função de que seriam 4 sócios. Se a RTA como se vê, está insistindo nesse empreendimento, em nenhum momento deu resposta sobre a busca da alternativa locacional, se ela quer realmente instalar-se nesse município nessa região, por que então nós não analisarmos outro local. Local que a legislação permita e que não há tantas vedações técnicas, de caráter técnico, de caráter de gestão e de impactos como esse local que foi definido. Se o corpo técnico que fez a análise como foi exposto aqui chegou a essa conclusão que não há vedação, me desculpem, mas há vedação e o corpo técnico errou! Todo mundo erra, todo mundo erra! ((*manifestação de aplausos*)) Na minha experiência de atuação na área ambiental, hoje está sendo proposto um EIA/RIMA, o quê que é o EIA, é um Estudo de Impacto Ambiental, e o RIMA, é o relatório pra população poder entender o quê que tá no EIA, ele está aí exposto pra população ler. Eu nunca vi uma EIA/RIMA concluir por ser contrário ao empreendimento. E EIA/RIMA coloca os seus impactos, positivos, negativos, mas eu nunca vi taxativamente ser contrário ao empreendimento. Então o corpo técnico faz aquilo, que, e é pago pra fazer e é feito pela própria empresa. A consideração sobre o problema dos recursos hídricos na região do Avanço é claríssima, já estava taxado pela legislação do Estado, em vários estudos técnicos, inclusive até com vedações, sobre estudos que existem sobre as águas minerais dessa região. Estudos recentes da CODEMG acabam replicando essa vedação de empreendimentos de tratamento de lixo naquele local, ou seja, são vários trabalhos técnicos que existem, além da legislação que especificadamente proíbe esse tipo de empreendimento no local. Nós fazemos votos, o Ministério Público ele não é a voz de uma única pessoa, de um

único integrante, eu estou representando aqui a posição do Ministério Público de Minas Gerais, que foi externalizado através de uma Ação Civil Pública que foi assinada por três Promotores, por mim mesmo, como representante do Núcleo Integrador de Tutela da Água, o Coordenador Regional Dr. Rodrigo e o Promotor que está atendendo na Comarca, que é o Dr. Gustavo Ferreira Brandão, respaldado pelo nosso Procurador Geral. Essa é a posição do Ministério Público e nós procuramos nos respaldar na questão técnica. É esse o pedido que nós fizemos à Justiça e houve acordo, volto a dizer, no dia 24 de setembro de 2019. Nós temos que encontrar solução? Temos! Vejo aqui o Jorge Lemos que tava sentado a pouco, há coisa de alguns meses fizemos reunião com 10 prefeitos da região, especificamente para pautar soluções a respeito da disposição de resíduos sólidos nessa região. O prefeito de Caxambu, prefeito de Baependi, prefeito de Carmo de Minas, procurando soluções consorciadas de como nós vamos encontrar o jeito de tratamento. Agora, a população tem que participar, tem que estar atenta, porque isso envolve diretamente a qualidade de vida. E fechando já que nós falamos sobre legislação, nós não podemos nunca esquecer o quê que tá escrito na Constituição Federal que nós escrevemos, o povo escreveu, lá no artigo 225: “todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo”. O quê que é o bem de uso comum do povo? É o ar atmosférico, é a água, é você ter a possibilidade de viver num ambiente sadio, de não tomar uma água contaminada, de poder deixar pras futuras gerações recursos naturais pra elas fazerem as suas próprias escolhas, nós não temos esse direito de acabar e destruir tudo, porque nós assim o decidimos, e assim o momento exige. Decisões como essa têm ser repensadas e discutidas como está sendo aqui. Muito obrigado! ((*manifestação de aplausos e assovios do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Muito obrigado Dr. Bérqson! Muito obrigado ao representante do empreendimento, Dr. Eduardo, pelas exposições que foram feitas. A SUPRAM Sul de Minas, com certeza, levará em consideração todos os fatos que já foram aqui apresentados na análise do processo administrativo que se encontra em curso conosco. Eu gostaria só de dar um recado, pois está havendo uma certa confusão na entrada em função de...da lista de presença. Essa é apenas uma lista de presença, ela não é uma lista de votação se é favorável ou não ao aterro. É simplesmente pra assinatura e registro de todos os presentes aqui na audiência pública. Então só fazendo essa ressalva. Daremos início então, agora, a terceira parte da nossa audiência pública, onde vamos chamar os inscritos pra se

manifestarem. Então, reiterando, estaremos chamando 3 pessoas de cada vez, uma de cada vez, mas num bloco de 3 pessoas e cada uma terá 3 minutos pra se manifestar. E o empreendedor após essas 3 manifestações, o empreendedor ou sua equipe técnica, terá um prazo de 6 minutos pra poder fazer a resposta às manifestações que serão aqui apresentadas. Total previsto para esse bloco é de até 180 minutos. Vou chamar então para a tribuna, para poder se manifestar. Dr. Rache. Rachide, por favor!

DR. RACHE: Mapa suicida! Mapa suicida! Aqui mostra o lixão assassino como centro geométrico das mananciais de água potável, cristalina e invejada por todos. Pois, segundo reunião há uns oito anos atrás, em Davos, Suíça, Caxambu ganhou referência mundial...todas as fontes minerais do Planeta Terra. Considerado o maior potencial hidroterápico do Planeta. E o destruidor, o lixão assassino, vai prejudicar as propriedades do entorno, como o Haras do Edmur, aqui presente, do Dr. Canepar, a chácara do André, de hortifrutigranjeiros orgânicos, sem agrotóxicos, nem poluição. Caxambu, maior potencial hidroterápico do Planeta Terra. Pasmem! Baependi também tem água mineral até hoje não explorada infelizmente. Incompetência! Me aborreceu demais, com toda certeza. O Haras Cobra Rache vai ser afetado, meu. Prejudicado, e pode observar esse mapa, e eu não gosto de ser perturbado! Estarei a disposição em qualquer ocasião com outra pauta, similar a essa, mas muito mais incisiva. Dr. Rache, médico veterinário, registro 232. Obrigado pela disponibilidade de tempo! *((manifestação de aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Solicito a organização do evento pra colocar outro microfone disponível na tribuna. Chamo agora o senhor Carlos Alberto Lara.

SR. CARLOS ALBERTO LARA: Alô, Alô. Bom pessoal, muita gente nem sabe que eu me chamo Carlos Alberto Lara aqui, né! Mais conhecido como Néó Lara. Eu queria relembrar primeiro uma pessoa que nos deixou, um ambientalista que é meu primo, que certamente estaria aqui fazendo uso da palavra contra esse absurdo, né, desse projeto de aterro, que é Rubens Toledo Ferreira Filho. Presente! *((manifestação de aplausos do público))* É...queria relembrar que nós fizemos uma representação nessa Ação Civil Pública, mais preocupados com a recuperação desse impacto causado pela empresa, em cima de inverdades. Inverdades

confirmadas numa sentença judicial inclusive nos autos de nº 001482248 de 2016, numa tentativa de derrubar o embargo feito pela empresa RTA, contra o próprio Estado de Minas. Eu vou tentar ler, se o tempo me deixar. É uma sentença prolatada pelo Dr. Flávio Junqueira, que foi juiz da Comarca aqui. E assim ele falou: “o laudo constatou que o empreendimento está próximo a 3 nascentes, e o porte da obra, ao contrário do alegado pelo requerente, a empresa, seria para receber cerca de 123 toneladas por dia de resíduos, o que exige mais que a licença simplificada pelo apresentada pelo requerente. As fotografias demonstram que o empreendimento é de grande porte, ao contrário do que tenta fazer transparecer o requerente, a empresa. Ainda, o empreendimento não está localizado no local informado em sua autorização, dessa forma é forçoso concluir, como fez o Ministério Público, que o requerente faltou com a verdade para obter a autorização, que se quer era destinada ao local onde está sendo realizado o empreendimento, ou seja, não há autorização para o local.” O Ministério Público esclarece em parecer que é um instrumento, que a licença, é...mostrada foi um instrumento auto declaratório que o empreendedor tira na SUPRAM, preenchendo o cadastro e dizendo ele próprio o que é seu empreendimento. É muito frequente, palavras do MP, no parecer, que empreendedores inescrupulosos...((*microfone cortado*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Já foi encerrado o tempo de 3 minutos, Por favor, a gente vai continuar com o próximo inscrito. Senhora Adiléia Francisca de Paiva.

SRA. ADILÉIA FRANCISCA DE PAIVA: Boa noite a todos! Meu nome é Adiléia, sou moradora do bairro da Usina e que quero uma explicação. Baependi inteiro não quer o aterro sanitário, tudo bem, é um direito de todos. E como vai ficar aquele lixão que é insuportável, eu moro do lado do lixão, tenho criança pequena, meu pai já está com câncer, minha mãe está doente, e como...o quê que o prefeito vai fazer com aquilo lá? Pra poder tirar de lá, não pode. Ficar, pode. A estrada já não tem onde passar, o lixo já está a céu aberto. O que vamos fazer nós lá naquele bairro? Estamos jogados praticamente, já estamos né, no lixo. ((*manifestação de aplausos do público*)) E como é que vai fazer? Não tem como! Tá difícil aquela situação lá. Por que se não tiver o aterro, o povo de Baependi vai ter dinheiro pra pagar uma coleta seletiva? Os ricos têm, os pobres não têm condições, entendeu? Então gente, acorda pra vida! Se contamina água, não vai mais, já estão contaminadas. A Usina

inteira, o rio passa lá, o rio vem pra cá. Muita gente nesse Baependi está morrendo de câncer, ninguém tá vendo isso, vocês tem que prestar atenção em certas coisas. Tudo bem, vocês são contra muitas cidades vir pra cá, mas acontece que do jeito que tá nossa cidade não pode mais ficar. Boa noite! ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Encerramos o primeiro bloco de inscritos. 6 minutos ao empreendedor para resposta as manifestações.

SR. ANDRÉ LUIZ GALVÃO RODRIGUES: Bom pessoal, é...o que o Néó Lara falou está sendo analisado, é claro, tá. Nós não fizemos nada errado, tanto é que nós já fomos até liberados de uma multa que havia sido aplicada, já não existe mais essa multa, tá. Ah, o empreendedor começou um negócio no lugar e foi pra outro! Nós mudamos sim o local, porque houve um erro lá na distância das nascentes, tá, mas isso não causou nenhum dano ao Meio Ambiente, tá e nós levamos pra SUPRAM a nova coordenada onde foi feito o novo...a nova célula. Então isso aí está resolvido. É claro que vão continuar falando que tá errado, tá. O Dr. Flávio, a única explicação, é...ele tem terreno lá próximo, gente! Então quer dizer, ele é...como alguns aí, que é vizinho lá tão preocupados, tá. Eu acho natural ele tá preocupado, tá, mas nós vamos provar que nós vamos fazer a coisa certa, ok? E a moça que falou agora no final, falou em relação ao lixão, tá, que é um absurdo ter um lixão, aliás, é...o Sul de Minas existem há mais de 300 anos, e faz 300 anos que tão jogando lixo debaixo da terra, na maioria das cidades da região. Isso não pode acontecer! Ah lá é área manancial, tudo bem pode ser área manancial, mas nós estamos fazendo coisas certas, nós não estamos jogando lixo debaixo da terra pra contaminar nada. Acho que já tá respondido, né? ((*manifestação de aplausos e vaias do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Iniciaremos o segundo bloco de inscritos com o senhor Carlos José de Lima.

SR. CARLOS JOSÉ DE LIMA: Boa noite a todos! Boa noite a bancada judicial aí que...E eu sou contra o lixão. Não sou contra só o lixão de Baependi não gente! Sou contra lixão de outras cidades também, porque o mesmo lençol freático que passa aqui, passa em São Lourenço, passa em tanto de cidade. Como eu sou de Baependi, eu conheço aquele lixão ali da Usina muito bem, já passei em tempo de

chuva ali que a gente vê o chorume correr, e impregnar no pneu do carro que oh, chegava em casa gastava...pra lavar o carro, e cair no rio? E nossos peixes, como é que fica gente? Eu acho que tem que ter um jeito de tratar o lixo adequadamente. Eu acho que isso é muito importante, porque do jeito que tá não pode ficar. Eu acho que isso aí, o problema do lixo não é só aqui, eu é no Brasil e todos. Então é um negócio para se olhar nisso aí, eu acho que tem um jeito adequado pra tratar o lixo. Tudo bem, tem muita gente que é contra o aterro sanitário, mas tem muita cidade também o que aterro sanitário deu certo, entendeu. Então eu acho, eu deixo a critério da SUPRAM. Obrigado a todos! ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Chamaremos agora o senhor Antonio dos Reis.

SR. ANTONIO DOS REIS: Boa noite a todos! Meu nome é Antonio dos Reis, sou morador próximo ao lixão, e tenho uma água há 200 metros do lixão. ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhora Silvana Aparecida de Paiva.

SR^a. SILVANA APARECIDA DE PAIVA: Boa noite a todos! Em primeiro lugar eu queria falar pra vocês que têm muitos contra aqui. Tudo bem, mas vocês não sabem o que nós passamos lá naquele lixão. Eu sou moradora lá, eu já sofro de saúde, problema de saúde da água que eu bebo lá. Meu marido perdeu o poço d'água dele lá, a água que nós tinha limpa perdeu. Olha, o lixão vai ficar lá aberto, é vaca morta lá, é cavalo morto lá, é aquele *fedô*. É cachorro, chega agora no verão, sabe o que acontece? Ninguém pergunta pra nós quanto nós gasta com o quilo de arroz não, que nós põe a nossa comida na mesa, um pouquinho que a gente descuida vai olhar tá puro bicho, do quê, mosca do lixão que desce, agarrada nas vacas mortas lá, nos cavalos, mas ninguém vê isso. Nós mora, quem mora lá que sofre, meu marido gastou caro lá no poço dele, tamo sem água, nossa água tá contaminada. Mas ninguém vê isso, muitos têm proteção, mas nós lá na Usina estamos sem proteção, sem proteção. Ninguém vê isso! A água contaminada, nós sem saúde, é mosca pra tudo quanto é lado, é criança pequena lá, mas nós não tem proteção. E pra eles quer que continue o lixão, como que nós vai ficar desse jeito? Muitos tão na cidade, tudo bem né, tão numa boa, agora nós somos favelado aqui igual ele disse, nós da

roça somos o favelado, mas tudo bem nós somos, é... ((*manifestação de aplausos do público*))...mas nós tamo vendo o que tá acontecendo. Nós tamo vendo, nós mora lá nós tamo vendo. E colocaram o lixão lá não chegaram na nossa casa pra perguntar: o fulano nós vamos ajudar vocês, o que acontecer com vocês aí nós vamos ajudar. Vai ver se alguém vai lá perguntar pra nós se nós estamos bem de saúde, se nós tem feito exame, pra ver como é que tá nossa saúde, ninguém, nem o prefeito pergunta, nem prefeito vai lá ver o quê que nós passa lá naquela Usina. Boa noite! ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: 6 minutos para manifestação do representante do empreendimento.

SR^a. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: É...respondendo a uma pergunta, uma pergunta não né, uma suposição que o Brito fez, é que deve ter um jeito de tratar, né a questão do lixo. E alguém ali até gritou, falou assim: “reciclagem”. Realmente, reciclagem, o projeto que foi apresentado, eu não sei se as pessoas prestaram realmente atenção, mas 50 por cento do resíduo ele é material reciclável, e isso vai ser feito na triagem, logo que chegar no aterro sanitário, com parceria, acreditamos deveria haver da prefeitura, pra poder ter uma coleta seletiva, porém não há ainda. Então se não há, a empresa se propôs a fazer, e isso geraria muitos empregos na triagem. Agora, respondendo a questão do Antonio dos Reis, que falou assim que tem água a 200 metros do lixão, realmente a gente já imagina que essa água esteja contaminada sim, porque o chorume está escoando há décadas no local. Então é uma questão que eu me coloco no lugar dessas pessoas e imagino como seria a minha vida, vendo a minha família morrer de câncer, porque aqui nessa região é uma cidade de riquezas e recursos hídricos, a minha sogra morreu de câncer bebendo a água de mina. Então assim, até quando as pessoas vão ter que morrer de câncer? A gente gostaria que nossas águas pudessem ser realmente ser medicinais curativas. E aí agora a Silvana fala assim que o marido perdeu o poço, realmente perdeu porque a água não é de qualidade, a 200 metros do lixão, a comida estraga por mosca. Eu fico imaginando como deve ser pra viver nessa situação, são pessoas que precisam ser lembradas, tudo bem vocês têm o direito de ser contra, outros a favor, tá seja respeitado isso, mas será que se colocar no lugar da outra pessoa. Assim, se não vem o aterro sanitário vai continuar o lixão e vai continuar até quando? Porque não existe proteção, o chorume continua

percolando, e pode até colocar o resíduo numa outra cidade, ah não vem pra Baependi, mas sempre vai pra uma outra cidade. E assim, se não jogar no meu quintal ou posso jogar no quintal do outro? Não seria dessa forma! Então assim, o lixão se for mandado pra outra cidade, a prefeitura, eu não sei se eles vão ter dinheiro pra bancar isso, porque quanto mais longe fica, mais pesada fica o valor financeiro. E geralmente isso é cobrado do nosso bolso, e quando você tem um aterro sanitário, você percebe que aquilo gera ICMS Ecológico porque você está tratando o resíduo, procure saber, o ICMS Ecológico. A proposta seria retirar o material que está no lixão e tratar a área do lixão, e isso gera renda. A partir de algumas décadas o resíduo não vai estar mais contaminando a água, e essas pessoas vão poder viver com dignidade. *((manifestação de vaías e aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: O próximo inscrito, o senhor José Maria Vieira.

SR. JOSÉ MARIA VIEIRA: Sr. Cezar, presidente da Mesa, Dr. Bérqson, demais componentes, público presente! Eu não sou a favor nem contra o lixão, o aterro sanitário, mas exige, baseado na queixa aqui, quem tá sentindo na pele, acabar com o lixão. Essas senhoras aí mostrando doença em família, eu acho que nós temos que pensar duas vezes antes de dizer: não, não, não! Vamo analisar, vamo encontrar sensatez, uma mediação de coisas para chegar a bom termo. *((manifestação de vaías e aplausos do público))* Não é na base do grito que resolve, é na justiça, é com Dr. Bérqson, que ele tá diretamente responsável... *((manifestação de vaías do público))* O Dr. Bérqson e autoridades ambientais, elas pegaram hoje alguma coisa que eu acredito, foi culminante, essa queixa da doença, da pessoa sentir mal por morar perto dum lixão, porque se tiver alguma solução pra impermeabilizar bastante o aterro sanitário, que ele seja colocado ao lado do lago, que não contamina, se for bem feito, exigir bastante, e contrapartidas, ajeitar a região, dar emprego, eu acho que é muito importante pensar em tudo. *((manifestação de vaías e aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Donizeti Tadeu de Abreu.

SR. DONIZETI TADEU DE ABREU: Boa noite autoridades aqui presentes! Boa noite senhores e senhoras! Eu sou veemente contra o lixão. O lixão que está na Usina é criminoso, na qual o vereador há pouco tempo, denunciou o lixão, denunciou o município, falando que havia lixão, carcaças de ossos, que eu sou testemunha que há uma semana atrás eu passei estava lá. E a gente sabe também de onde que é esses produtos. Eu sou a favor do aterro sanitário, por quê? Porque nós precisamos de saúde, nós precisamos de dedicação! *((manifestação de aplausos do público))* Nós precisamos de mais dignidade! Não podemos pensar, esse pessoal que tá não aí, vocês já têm ideia de onde que vocês vão levar o lixo? Empresários, senhores que moram aqui no centro, pega a sacolinha e coloca na janela, na grade, pro gari vai lá e pega, porque não é lixeiro, é gari. Vai lá pega, recolhe, leva pra onde? Leva lá pro lixão, que é criminoso aquilo lá. Há 30 anos atrás, há 32 anos atrás precisamente, aquilo lá era um campo, em vez de fazer uma Faculdade, prefeito resolveu fazer lixão. Agora nossas águas continua contaminada mesmo, porque há mais de 30 anos atrás, jogava-se lixo no rio cortado, jogava lixo lá no vale novo, na nascente que não tem 40 metros longe da, do lixo. Jogava lá nas Furnas, na beira do asfalto, caindo dentro d'água, e isso ninguém viu, entendeu! Alá, tá falando e é verdade, jogava-se lá, jogava no Joaquim Mendinho, jogava no Joaquim Mendinho, entendeu! *((manifestação de vaias do público))* E são pessoas que...

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Por favor! Por favor! Todos têm o direito de manifestar! Por favor! *((manifestação de vaias do público))*

SR. DONIZETI TADEU DE ABREU: São pessoas...são pessoas, não estou falando de você, prefeitos que passaram. Então eu acho o seguinte: população, pense com o coração! Nós não queremos um Baependi político não, queremos um Baependi com saúde, e vamos também pensar na COPASA, porque o tratamento de esgoto tem que ser feito, entendeu! E que os futuros candidatos a prefeito pense com amor, não na questão política, mas sim no povo de Baependi, o povo de Baependi, o povo da região, merece respeito. O pessoal de Caxambu tá aqui, é com todo prazer, nós respeitamos vocês, mas vamos estudar direito, porque a pergunta que eu deixo aqui é a seguinte: não quer o lixão, é criminoso, não quer o aterro sanitário, qual é a solução pra esse lixo? Aonde vocês vão levar? E qual é, e qual é a oneração, o quê que nós, nós trabalhadores vamos ter que pagar depois pra transportar lixo daqui

pra Juiz de Fora, sei lá pra onde. Ok? Boa noite! Pensem com o coração!
((manifestação de vaitas e aplauso do público))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Alexander Donizeti Maciel. Senhor Alexander está presente? Passamos então ao próximo inscrito, Alex Anderson Moura.

SR. ALEX ANDERSON MOURA: Boa noite! Então gente vocês têm que ser mais unido, ter pensamento positivo. Vai gerar emprego, tem muita gente passando fome.
((manifestação de vaitas e aplausos do público)) Vocês têm que conhecer gente!
((manifestação de vaitas do público)) Só um minuto!

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Por favor! Todos têm o direito de falar e serem ouvidos! Por favor! Por favor! Solicito!

SR. ALEX ANDERSON MOURA: A cidade tá manifestada de escorpião, vocês não têm medo de escorpião? Vocês tão brincando por quê? Os que vocês prefere, a saúde, ou vocês preferem ser picados por escorpião? Você acha que o lixo de lá o escorpião não vem pra cidade? Só um minutinho! Autoridade o senhor falou que pode prejudicar a água, falou que pode acontecer isso, mas a tecnologia está avançada. Cadê o emprego? Santa Rita do Sapucaí tá cheio de empresas lá. Lá com certeza tá evoluindo, Baependi vai evoluir, só que tá faltando união, as pessoas não tão acreditando. Mas Deus está nesse negócio, vocês podem ficar tristes, mas Deus está nesse negócio. Então, como o meritíssimo falou, que tem solução, vamo reunir a turma, acha um local adequado pra isso então. *((alguém gritando no público sem microfone))* Você já tem emprego, e aquele que não tem emprego, você vai dar emprego pra quem tá precisando? Não vai! *((manifestação de vaitas e aplausos do público))* Então, vai gerar muito emprego, só que vocês não tão pensando, vai gerar muito emprego, tá. Vocês têm que conhecer, tá escrito ali, primeiro conhece o projeto, vai lá na cidade conhecer. Infelizmente eu vou deixar na mão de Deus! Obrigado pela oportunidade! *((manifestação de vaitas e aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: 6 minutos ao do representante do empreendimento.

SRª. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: Seu Zé Maria, é eu concordo contigo quando o senhor fala que as pessoas precisam ouvir pra refletir, né, mas é uma situação complicada, aqui concorda? ((*manifestação de vaias do público*)) É sobre o Donizeti, seu José Maria, eu concordo, o Donizeti ele é contra lixão, porque lixão é um crime, e realmente não deveria ser uma questão política, deveria ser uma questão de saúde. ((*manifestação de vaias e assovios do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Por favor! Por favor! A Mesa Diretora precisa ouvir todas as manifestações. Estamos ouvindo as opiniões contrárias, estamos ouvindo as opiniões a favor, estamos ouvindo os representantes do empreendimento. É fundamental que haja respeito para que a gente consiga ouvir a todos, e poder tomar a decisão que for mais apropriada à comunidade. Então por isso eu peço enquanto presidente da Mesa Diretora, enquanto Superintendente, pra que a gente possa ouvir todos que estão se manifestando. Muito obrigado!

SRª. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: Obrigada! É...realmente não deveria ser uma questão política, mas uma questão de saúde realmente, e qual seria a solução pro lixo? Eu tenho certeza que todo mundo aqui acredita que não é do jeito que está, né. É se vai onerar levar pra outro lugar, com certeza vai onerar, respondendo a dúvida do Donizeti. E ele pergunta: vai jogar onde? Eu também queria saber, porque até então vai continuar jogando no lixão enquanto não se resolver isso. E sobre o Alex, ele diz que o povo tem que ser unido. Sim, unidos em torno do que realmente é certo, às vezes, até o Promotor falou assim que as pessoas erram. Sim, aí quando se erra é questão de humildade chegar e falar: Poxa! Realmente eu vou analisar isso aqui, porque se eu não analisar, oh, olha a faixa, lê o que tá escrito na faixa: "para opinar primeiro é importante conhecer!" Então assim vocês podem até ficar nervosos e querer vaiar, mas vocês estão perdendo o conteúdo. Vocês poderiam ter uma opinião melhor, eu garanto que muita gente que vai chegar e vai vaiar não vai se inscrever pra falar aqui, porque não entendeu porque está vaiando. Gente essa é a oportunidade a gente resolver essas coisas, Baependi ele vai evoluir de acordo com o tempo. Eu soube que quando veio a COPASA pra cá, quando veio a CEMIG pra cá foi uma luta também, e hoje ninguém vive sem a COPASA, sem a CEMIG tratando água e trazendo energia. E geração de empregos, vai gerar sim, centenas, porque são obras grandes. O Carrossel em Caxambu...((*manifestação de vaias do público*))...o Carrossel em Caxambu tem mais

de cem vagas, eu acredito, se o Carrossel fechar, com certeza a cidade vai impactar, porque é uma cidade pequena. Agora assim, se a pessoa de repente não se importa, não precisa de emprego, outros precisam. Se as pessoas não se importam, se vai, se tá jogando lixo do lado da casa... Gente! A gente precisa pensar um pouco no outro, como coletividade, é questão da gente estudar um pouquinho. Então assim, é o que eu sugiro pra todos, né. Manifestem mas tenham respeito, tem que ter respeito...*((manifestação de vaias do público))*...eu não vejo ninguém que é a favor do aterro sanitário manifestando com falta de educação. Gente, vocês têm que honrar isso que vocês estão falando, vocês são contra? Beleza, mas se deem o respeito, porque ninguém tá desrespeitando vocês. Garanto que a mãe de vocês se envergonharia de ver isso... *((manifestação de vaias do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Bruna, por favor! Vamos nos ater as manifestações técnicas, da mesma forma como eu peço pra comunidade ouvir, eu peço que também não haja retrucadas à comunidade. Acho que aqui é onde tem que estabelecer um diálogo. Então da mesma forma como eu peço pra comunidade se manifestar com respeito, eu acho que é fundamental que a gente também faça a resposta aos questionamentos, né. Vamos evitar o conflito, a ideia aqui é a gente mediar um diálogo. Por isso eu peço a todos que ouçam o representante do empreendimento, da mesma forma como ele tá ouvindo vocês também. Chamaremos agora, a senhora Maria Helena Morais.

SR^a. MARIA HELENA MORAIS: Boa noite a todos! Meu nome é Maria Helena Morais, sou missionária, e estou aqui representando muita gente que não pode vir aprovar esse projeto, do aterro sanitário. Vai ser bom para a população, porque vai trazer saúde à população, vai gerar emprego. Muitas pessoas tão doentes, com câncer por causa da contaminação da água. Então vai ser um projeto muito bom. Na palavra de Deus, em Eclesiastes, 9:10 nos diz: “tudo conto te vier às mãos para fazer, fazer conforme a tua força, porque na sepultura pra onde tu vais não tem ciência, não tem obra, e nem sabedoria alguma”. E se Deus está, deu essa oportunidade pro homem ter ciência e a sabedoria, Ele também aprova, sendo que Deus é dono de tudo. Ele está aprovando, então eu sou a favor do projeto sanitário e aprovo e agradeço e uma boa noite! *((manifestação de vaias e aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Chamamos agora o senhor Nilton Monteiro. Senhor Nilton Monteiro, ele está presente? Chamamos então, a senhora Adelina Maria Amâncio.

SR^a. ADELINA MARIA AMÂNCIO: Boa noite gente! Povo tá arregrado aí hein? Vou pedir só pra por umas fotos pra mim aqui, por favor! Joga lá no telão. Pessoal falando aí da Usina, né, e realmente é uma realidade, eu espero que dê certo porque eu apanho muito da tecnologia, mas é uma realidade que acontece em Baependi, e que as pessoas só que não sabem.

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Por favor! Só vou interromper um pouquinho porque aqui é um espaço pra manifestação, não vai ser projetado nada na tela não. É só pra manifestação verbal.

SR^a. ADELINA MARIA AMÂNCIO: Não pode jogar não? Então eu ponho no meu Face, vocês veem no Face, combinado? Por que pergunta assim, aonde que é o lixão da Usina, aonde que fica? Quem falou lá, falou assim: Adelina pelo amor de Deus ajuda nós! Jamais serei contra a palavra do Dr. Bérqson, excelentíssimo Promotor dentro do Meio Ambiente, agora pra que lado que eu fico, crucificada! Se apoio o aterro, as pessoas que tão dando vaia, a vontade aí, mas não apresentam solução. Eu não sei qual outro vereador que tá aqui, mas se tiver levanta a mão pra mim. Não apresentam solução! *((manifestação de aplausos do público))* Ao mesmo tempo, Marco tá lá...ao mesmo tempo que é um problema, que eu acho que pode ser sanado, nós temos um problema maior ainda que é a preservação ambiental. Então hoje, nesse momento, eu não vou aprovar o aterro, mas também não vou aprovar a pouca vergonha, que é o lixo da Usina. É uma vergonha! *((manifestação de vaia e aplausos do público))* Com a placa escrito: "aterro monitorado" Monitorado o caramba! É vergonhoso, pena que no vídeo você não vai sentir o fedô. Que eu tenho pena de quem mora lá. Muito obrigada! Boa noite! *((manifestação de aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Guilherme Silva.

SR. GUILHERME SILVA: Boa noite a todos! Quero agradecer primeiramente a Deus por nos conceder a melhor solução contra o atual lixão. Na minha opinião, essa

solução é o aterro sanitário. Eu tenho, a minha família tem terras à jusante do empreendimento. Eu sou totalmente a favor ao aterro sanitário e tenho ciência de que as pessoas que são contra o aterro sanitário, é porque não tem informações verdadeiras em relação ao empreendimento. *((manifestação de vaias do público))* Agora, agora as minhas perguntas: se não vier o aterro sanitário, pra onde que vai o lixo? Se, se o lixo for levado pra outro município, quanto que vai custar pro povo isso? *((manifestação de vaias e aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: 6 minutos para ao representante do empreendimento.

SR. WILLIAN PRESSATO FAUSTINO: Pessoal, um item que eu queria deixar claro aqui pra complementar a fala, é que esse processo de licenciamento, quando um empreendimento ele é aprovado pelo órgão ambiental, junto com a licença, ele estabelece um monte de regras e monitoramentos periódicos que eles acompanham. Esses...esses monitoramentos e periodicidade, ele pode ser diário, pode ser mensal, pode ser semanal, anual, semestral, ou seja, um empreendimento desse, de aterro sanitário, ele tem monitoramento, principalmente da água, em poços de monitoramento, monitoramento de vazamento, tem monitoramento de poeira, tem monitoramento de contaminação do solo, ou seja, se por ventura, esse empreendimento for licenciado, o órgão ambiental estabelece regras, períodos pra que ele acompanhe o desempenho desse empreendimento. *((manifestação de aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Eliomar da Silva. Senhora Eliamar, perdão!

SR^a. ELIAMAR DA SILVA: Boa noite a todos! Meu nome é Eliamar, mais conhecida como “Lia do Lixão”. Dia 22 de outubro agora faz exatamente 10 anos que eu trabalho lá, fazendo reciclagem. A única...de segunda a segunda, eu e meu ex companheiro, meu ex marido. A única coisa que eu vou dizer pra vocês, eu estou vendo a degradação, a contaminação da água, do solo, a destruição da mata, há dez anos. Então, a única coisa que eu falo pra vocês, é lamentável! E convido a todos, que Baependi é uma cidade turística, vai fazer turismo lá, e vai ver o que está acontecendo lá. *((manifestação de aplausos do público))* É muito fácil dizer qual

solução vamos dar pro nosso lixão, é muito fácil colocar o lixo na sacolinha, botar no pé de árvore das pracinhas, no portão dos outros, vai lá, eu convido vocês ir lá, eu estou de segunda a sábado, das 6 da manhã, muitas das vezes às 6 da tarde. Vai lá ver! A decisão tá na mão da SUPRAM e na mão de Deus, porque só Deus pra mudar aquilo lá. Obrigada a todos!

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Jorge Lemos. Senhor Jorge Lemos, ainda está presente? Senhora Edna Cunha.

SRª. EDNA CUNHA: Boa noite a todos! Vossa Excelência Dr. Bérqson. É meu nome é Edna eu sou profissional da saúde, sou totalmente contra o lixão, como a cidade inteira é, né! É as minhas perguntas vão ser bem objetivas: caso seja implantado o aterro sanitário, existe algum documento legal que garanta que a empresa não gerará passivo? Como será feita a fiscalização da infraestrutura? E se existe a possibilidade de rompimentos da estrutura? *((manifestação de aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhora Daniele Cobra.

SRª. DANIELE COBRA: Só falar? Boa noite autoridades! Boa noite cidadãos e cidadãs de Baependi! Também sou contra o lixão, mas não sou a favor do aterro sanitário. O aterro sanitário, se não for bem administrado, vira um lixão. O risco zero de vazamento não existe. Eu tenho aqui, que nós temos vazamento no lixão...no aterro sanitário de Seropédica, no Paraná tem também vazamento no aterro sanitário, em Virgínia o aterro sanitário também vazou, em Mandaguaçu no Paraná, em Alagoinha na Bahia, em Maceió em Alagoas. Então o chorume não pode ir pro aterro sanitário, a gente não...tem que ter a coleta seletiva de lixo. Se não tiver a coleta seletiva de lixo, não funciona o aterro sanitário. *((manifestação de aplausos do público))* E quanto as sugestões, no Paraná teve uma reunião e o Procurador, colega do Dr. Bérqson, San Clair Honorato Santos, são palavras dele, abre aspas. Relata que: “modelos europeus, de gestão de lixo, mais modernos, não há aterros sanitários, não há aterros nem sanitário e tampouco controlado. Nos modelos que estão mais atualizados, nós não temos mais aterros sanitários, nós temos a sustentabilidade aplicada a todo modelo de gerenciamento de resíduos sólidos.” Ou seja, tudo que entra tem que ser reaproveitado e renovado. O orgânico tem que ser feita a compostagem, a reciclagem tem que ser aproveitada. Tudo tem que ser

aproveitado, vai ser votada a política reversa agora, os vasilhames vão ter que ser retornáveis. Então, o lixo...nós moramos em casas, os lixos têm que ser....não é possível! Você consegue separar uma sacolinha de comida e uma sacolinha de vasilhame? Isso não é dinheiro, uma pessoa eles falaram que vai ter aterro sanitário porque o povo aqui é pobre. O povo é pobre mas não é burro! Consegue separar o lixo orgânico do lixo, do lixo seco. ((*manifestação de aplausos do público*)) Então, o Dr. Bérqson falou que a gente precisa... ((*microfone cortado*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Por favor, tempo encerrado! Chamo agora, a senhora Maria Antonia Barreto. Perdão! Agora é o tempo do empreendedor, eu volto a chamar a senhora. Me Desculpe! Eu vou chamar a senhora depois, agora é a resposta do empreendimento.

SR. ANDRÉ LUIZ GALVÃO RODRIGUES: Bom oh...Edna, a forma que a gente tá propondo não vai gerar passivo, é isso que você queria entender, né? Fiscalização? Vai ter, a SUPRAM vai fiscalizar. É muito mais fácil a SUPRAM fiscalizar eu como empreender, do que ficar fiscalizando as prefeituras que não conseguem resolver a situação, tá. Em Cachoeira Paulista nós montamos um aterro que hoje tá atendendo 17 municípios, acabou aquela pressão que tinha na SU...na CETESB lá, de ficar multando, brigando com as prefeituras e não resolver a situação. Eu como empreendedor vai ser muito mais fácil ele nos fiscalizar. Por quê? Porque se eu for atender 13 municípios, é um, é um local só que eles vão fiscalizar. E outra coisa, como o Willian já falou, vai ter os monitoramentos, né, lençol freático, a gente sabe que vai tá tranquilo porque vai ter as águas subterrâneas, tá. Nós vamos ter os MS, pontos de...de...de recalque pra ver se o lixo cedeu ou não, tá. Vai ter monitoramento do ar, dos rios na região e nós já fizemos o mapeamento do rio, tem se não me engano, 12 pontos de água que foram coletadas na região e nós já temos parâmetros, e vai ter que seguir esse parâmetro. Se esse parâmetro mudar, a empresa vai ser responsabilizada. Então nós temos que fazer a coisa certa, e é justamente por isso que nós estamos propondo pra cá tecnologia de ponta, como por exemplo, o colchão drenante. Na França esse sistema que nós estamos trazendo pra cá é implantado na beira do mar pro lixo chegar de navio, e não tem problema nenhum, na beira do mar, ok? É...você quer falar alguma coisa? Então vou passar pro meu técnico aqui pra ele responder o restante.

SR. WILLIAN PRESSATO FAUSTINO: Pessoal, aproveitando que a senhora disse agora pouco, a ideia, esse empreendimento ele tá sendo chamado aqui de aterro sanitário, porque esse nome é o nome dado pela legislação, mas a ideia principal desse empreendimento é exatamente o que a senhora disse, ele foi projetado com 50 por cento de reciclagem, mas o empreendedor tem o objetivo de reciclar, de reciclar o máximo possível, fazendo compostagem, adubo, ou outra destinação nobre, e aterrando apenas o mínimo possível. A gente tem estimativas pelos estudos que existem, que se consegue chegar até 90 por cento de aproveitamento desse resíduo. Então quanto mais ele conseguir reaproveitar, maior ele vai aumentar...maior vai ser a vida útil do empreendimento. Com 50 por cento de reaproveitamento, nós estamos projetando pra 31 anos, se ele conseguir 90 por cento isso quase que dobra. Então esse empreendimento, a premissa dele é essa, ele chama aterro por nomenclatura da legislação, mas a tecnologia que se pretende implantar nesse empreendimento é essa. *((manifestação de aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Agora sim, chamo a senhora Maria Antonia Barreto. Desculpe tê-la chamado àquela hora.

SR^a. MARIA ANTONIA BARRETO: Boa noite a todos! Então, ali tá escrito: pra opinar é importante primeiro conhecer! E eu concordo também com que a engenheira ambiental falou que a gente precisa conhecer, e estudar, né? Há 23 anos a CPRM que é serviço geológico do Brasil, que muitos devem conhecer, analisou a área da nossa cidade, eu sou de Caxambu, e sou da AMPARA, que é uma ONG Sociedade Amigos do Parque das Águas. O nosso foco e nossa preocupação é com as águas, e é claro que eu também concordo que não tem que ter lixão lá na beira da, lá na Usina, na beira do rio, é claro. Ninguém concorda com esse lixão, mas também não concordo com o aterro sanitário na área do Avanço, que também, que também é uma área de manancial, gente. E que a CPRM em 96, já estudou e já disse, não é uma área adequada pra disposição de resíduos sólidos. Então eu não entendo porque que a RTA insiste naquela área. Dr. Bérqson falou aqui, não pode ter uma alternativa locacional? Não se pode buscar um lugar mais apropriado? *((manifestação de aplausos do público))* E outra coisa, e outra coisa gente, a tendência é diminuir o lixo, né. Vamos fazer coleta seletiva, vamos reciclar, vamos diminuir, cada um diminuir o seu. Mas a RTA ganha dinheiro na quantidade do lixo, gente! Olha a lógica disso. *((manifestação de aplausos do público))* Pra eles

só importa a quantidade, por isso não pode ser só Caxambu e Baependi, porque não é viável economicamente. Então tem que ter Caxambu, Baependi, mais essa, mais aquela. Então nós vamos aumentar o nosso lixo? Ora, nós vamos trazer lixo de outros lugares pra cá? Não tem cabimento. Ninguém quer o lixão na beira da Usina, lá na beira do Baependi, mas ninguém admite também essa solução capenga, que vai cobrir um santo e descobrir o outro. Não tem cabimento! Vamos arrumar uma solução adequada, né. E a obrigação, é obrigação do Poder Público, eu acho que ninguém tem que ganhar dinheiro produzindo lixo, trazendo lixo em quantidade, a gente tem que diminuir nosso lixo, vamos fazer a coleta seletiva, vamos trabalhar nesse sentido, reaproveitar o que der pra aproveitar, né, fazer a compostagem. Vamos trabalhar nesse sentido, a tendência é outra, a tendência tem que ser limpeza, e não trazer uma quantidade enorme de lixo, pra que seja tratado tecnologicamente, com fiscalização, porque eles tão dizendo que vai ter. Mas quantos profissionais a SUPRAM tem pra ficar fiscalizando todos os aterros, eu pergunto? Como é que vai ser isso? E se alguma coisa der errado, como é que fica isso? E quem são os prejudicados? São as nossas cidades turísticas que dão emprego no turismo, é no turismo que a gente... ((*microfone cortado*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Vamos chamar agora o senhor, Paulo Maciel Júnior.

SR. PAULO MACIEL JÚNIOR: Boa noite autoridades da Mesa! Boa noite a todos os presentes! Eu queria fazer algumas colocações a respeito, tanto do lixão como do aterro. A primeira coisa que eu queria falar é que eu continuo acreditando no ser humano, eu continuo acreditando que o ser humano vai encontrar uma solução pros lixos da cidade, porque até agora não temos essa questão resolvida, não é só em Minas Gerais não, é no Brasil inteiro. Eu trabalho na área ambiental há mais de 30 anos e estou vendo isso passar. Então não adianta ter lei, não adianta o CONAMA, é COPAM é...((*inaudível*)), uma lei uma atrás das outras, dando prazo pros municípios, mas não tem dinheiro, não tem vontade política, tem uma série de problemas para que as coisas não aconteçam. Já vi passar na nossa região aqui, eu sou daqui, talvez vocês não me conheçam que eu não moro aqui, mas eu sou daqui. Já vi passar aqui nessa região várias tentativas de consórcios entre os municípios, troca prefeito, o prefeito briga com o outro e sai. Já vi, já vi experiências de iniciativa privada, em Belo Horizonte mesmo onde eu tive a honra de ser secretário municipal

de Meio Ambiente, por duas vezes, duas empresas privadas nós licenciemos pra fazer a queima de lixo, as duas foram expulsas da cidade. Acabaram sendo expulsas da cidade, e sabe por quê? Por questão muito simples, é a questão econômica. Porque as empresas, uma delas inclusive tinha tecnologia de ponta, é ela acreditava que iria ter demanda para o lixo dela, criou uma estrutura eficiente, criou uma tecnologia, capacitação etc. Quando a fiscalização afrouxou, o quê que aconteceu? As pessoas ao invés de levar, as empresas que deveriam fornecer os resíduos do município, ao invés de levar o resíduo pra lá, jogavam na esquina, jogavam debaixo do rio, porque era mais barato. Então se não tiver fiscalização nesse negócio não adianta. Vai implantar, seja um consórcio ou um aterro, o que for, amanhã vai parar o lixo debaixo, porque é mais barato o prefeito pegar e jogar o lixo no lixão do que jogar no aterro que vai ter que pagar o aterro pra tratar. Então é uma questão muito complexa, eu não posso ser contra um aterro sanitário, mas eu sou contra o aterro sanitário naquele local e em Baependi. ((*manifestação de aplausos do público*)) Baependi, não sei se vocês sabem, a bacia do rio Baependi é maior produtora de água da bacia do Rio Verde, quer dizer, a grande maioria da produção de água mililitros por quilômetro quadrado, vem daqui de Baependi, aqui das serras, do parque, da água da Mantiqueira, das nossas belezas, nossas cachoeiras, quer dizer nós produzimos água pra toda a bacia do Rio Verde. Não é justo que a gente receba todo o lixo... ((*microfone cortado*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhora Flaviane Pereira. Senhora Flaviane Pereira está presente? Passamos então para a senhora Eddy Peres. Senhor, perdão!

SR. EDDY PERES: Boa noite! Eu acho que tá tendo uma falsa...é um debate falso, porque ninguém aqui quer empurrar o lixo pro vizinho. A gente é contra o lixo, a gente é contra o aterro, né. O que a gente quer são soluções sustentáveis, resolver esse problema de forma definitiva, e encaminhar, esse que é o problema hoje. O que a gente precisa discutir aqui, se organizar foi muito bom, o pessoal da Usina ter vindo em peso aqui, porque é um problema que o pessoal sente na região e eu não posso menosprezar isso. O lixo é uma coisa que existe, mas também não quero empurrar pro Avanço, não quero empurrar pra qualquer lugar em Baependi. A questão é política sim, tecnologia existe sim, só que o que está por trás de tudo isso são interesses econômicos. Na hora H, na hora H quando o lixo não for mais lucro,

vai empurrar por baixo do pano. A gente viu, a gente é de Minas, eu tô morando aqui há 4 anos, eu sou de Baependi, de Caxambu e de São Lourenço. Eu tenho um projeto de agroecologia junto com minha família em Baependi. A gente tem que trazer, a gente tá morrendo de câncer, por causa do lixo, por causa da comida, por causa da água. A gente já tá sendo envenenado em todos os pontos que se referem à vida, não é só no lixo. Desemprego meus amigos, nunca teve tão desempregado esse país como nesse ano. Nunca! Mas se a gente for ver a taxa de desemprego cresceu esse ano, e os governos, principalmente o Federal não tá fazendo nada pra gerar emprego. Nada! Então a gente tem que se organizar, e tem que cobrar soluções, não de vocês, não da gente, é de quem se elegeu pra exercer o poder nessa cidade. Ele foi eleito pra dar soluções, se não existem soluções, vamos levantar discussões, porque a sociedade vai dar solução. Se os dirigentes dessa cidade, de Caxambu, de São Lourenço são incompetentes pra arranjar solução, então vamos organizar e chamar a sociedade porque eu tenho certeza que o pessoal da Usina vai dar ideias, eu tenho certeza que o pessoal do Avanço vai dar ideias, entendeu? Então é isso que tem que ser discutido, não vamos nos dividir, não, a divisão interessa a quem? A divisão interessa ao poder econômico, isso que interessa a divisão. A gente tem que defender saúde pra todos, tem que defender a vida pra todos, não pra um, pra outro ou pra esse, e aí estamos juntos. Eu represento hoje um coletivo que foi criado em defesa do meio ambiente, coletivo Caxambu. Em Baependi tem o “Viva Baependi”, é isso que a gente tem que fazer. Soluções e propostas pro Poder Público... ((*microfone cortado*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: 6 minutos aos representantes do empreendimento para se manifestarem.

SR^a. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: É...respondendo o da primeira pessoa que falou sobre a CPRM de 96, quando eu procurei esse material na Internet, ele se encontra lá como constando que ele estava na Internet, porém ele foi retirado propositalmente. A única pessoa que eu vejo que tem esse material, quando eu pedi pra Toninha, eu falei: deixa eu ver esse material. Ela falou assim: não está comigo eu emprestei. A única pessoa que eu vejo que tem esse material, porque não consta mais. Aí através das pesquisas a gente percebe que ele pode ter sido suplantado realmente, pela NBR13896 no ano seguinte, porque ela propõe algumas coisas diferentes que estavam escritos no CPRM de 96. Aí eles retiraram o material

da Internet e no ano de 98 eles trazem um outro material que se fosse alegado realmente é...algum, alguma base nesse material de 98, eu até ia considerar porque ele está vigente, ele está disponível na rede mundial de computadores. Porque ali diz assim também, que o lençol freático do local, ali na região do Avanço, ele é descrito como zona de baixa permeabilidade, ou seja, como uma zona negligenciável, tá escrito lá, CPRM de 98. É...aqui diz... ela falou também que a RTA no caso viveria de lixo, e na verdade assim, ninguém está falando que vai querer que produza cada vez mais lixo, porque o projeto prevê educação ambiental, aí a educação ambiental ela educa a pessoa a consumir conscientemente, né. E não se trata, é...diz assim, e se der errado? Na verdade já tá dando errado que é o lixão, né. Agora pro Carlos, ele crê que o ser humano vai achar uma questão que vai resolver o lixo, na verdade assim, já existe, né, é o aterro sanitário até então. Que alguém fale que existe uma coisa melhor, porque é...a gente não tá falando que vai aterrar tudo, vai ter reciclagem, vai ter educação ambiental, vai aterrar o que não dá pra fazer nada com aquilo e mesmo assim vai virar um...vai pra trituração, e vai ser reutilizado posteriormente. Aqui diz assim também que deve haver fiscalização, com certeza, né. Tem que haver e haverá. Ele não é contra aterro, mas é contra o local e a região é produtora de água. Sim, a região é produtora de água, exatamente por isso que não deve continuar o lixão. Então assim, se eu resolvo o problema do lixo local, o quê que eu vou fazer com o lençol freático, porque ele vem vindo, a água vem vindo da Serra da Mantiqueira pra cá. E nesse caminho, o lençol freático ele não encontra barreira de município, é o mesmo. Então a água que sai da nossa mina pode tá muito bem agora tá passando por baixo de um lixão. Então assim, a gente tem benefícios de tratar os lixões de outras cidades, a gente precisa, todas as cidades precisam tratar os seus lixões. E aqui do, acho que é Eddy o nome da pessoa, é...que ele não quer empurrar pro vizinho, realmente a gente não deveria empurra pras pessoas, né. E ele diz assim que quando o lixo não for mais lucro vão abandonar. Infelizmente a gente não consegue parar de produzir isso, a gente pode até diminuir, mas quem aqui vai conseguir produzir 100 gramas de lixo por dia, não tem como. As pessoas estão realmente morrendo de câncer, não é só de lixo, verdade, e desempregados tem muitos, mas seria uma solução, poxa! Se a gente pode trazer uma indústria e a gente pode trabalhar, porque não? Agora assim, ele defende a vida pra todos, realmente por isso eu volto na questão do lençol freático, ele é único, ele vem trazendo. Então assim, o quê que adianta, é que nem a dengue, você cuida da dengue na tua casa, da água, dos potes da sua casa, e se o vizinho

não cuidar, ela vem pra você, então é a mesma coisa com o lençol freático.
((manifestação de aplausos do público))

SR. ANDRÉ LUIZ GALVÃO RODRIGUES: Só complementando o que a senhora falou no bloco anterior, que ela viu algumas reportagens de aterro que vazou, que isso, que aquilo. A gente sabe que isso existe, a maioria desses aterros que a senhora falou eu conheço, são aterros controlados que agora não pode ter mais. E por isso que eu tô sempre falando, eu estou trazendo tecnologia pra isso não acontecer. E outra coisa, eu sou contra montar aterro com volume grande, nós estamos propondo um aterro de pequeno porte, que é muito mais fácil a gente ter o controle, tá? *((manifestação de vaias do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Bom, chamamos agora, o senhor Ricardo Toledo.

SR. RICARDO TOLEDO: Boa noite autoridades da Mesa! Boa noite senhoras e senhores! Há pouco mais de 30 anos trabalhando como servidor público do município de Baependi, eu tive a oportunidade de ver vários administradores passando por essa cidade, e acompanhar também em Caxambu. Mas antes de ser servidor público, eu me dediquei e me dedico até hoje à causa ambiental. Eu já vi muita vaidade, eu já vi muito descaso e eu já vi muita falta de comprometimento com a população. Mas eu já vi coisas boas também acontecerem. O lixo na Usina não pode continuar da forma que está, mas um aterro sanitário Baependi pra poder ser implantando, ele tem que vir pelo caminho correto, não...penso eu, tá, e acredito que todos vocês comunguem com isso, não que venha na contramão. Compre-se uma propriedade numa área que não é permitida pela legislação, tratando-se de manancial de abastecimento, e depois que vai correr atrás de projetos, EIA/RIMA, autorizações, e demais coisas pra poder tentar justificar uma coisa que não se cabe no local. Portanto minha gente, eu acredito que nós, como cidadãos, nós temos a nossa parcela como produtor de lixo, tá, de buscar uma solução pra isso. E essa responsabilidade que nos cabe, eu acho que nesse momento, é cobrar de nossos gestores, Baependi, Caxambu e todas as outras cidades, as medidas corretas pra poder solucionar esse problema. Baependi tem problema sim, Baependi não cobra um centavo de qualquer cidadão para arrecadação do lixo e pra manutenção daquele aterro. Isso é um problema de gestão, doutor! Caxambu deve cobrar, mas

nós precisamos é encontrar uma solução pra isso. O Plano Municipal de Saneamento Básico começou a ser construído aqui em Baependi, foi feito um diagnóstico, tá, da situação do lixo mostrando o problema da Usina, mostrando vários problemas, e os prefeitos que passaram não consultaram nem as pessoas que estavam trabalhando nesse Plano Municipal de Saneamento, pra poder fazer autorização sem o amparo legal pra... ((*microfone cortado*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Chamo agora o senhor, Rogério Pinheiro.

SR. ROGÉRIO PINHEIRO: Boa noite a todos! Meu nome é Rogério eu sou biólogo, já trabalho em consultoria ambiental há quase 18 anos, trabalho numa empresa de consultoria que tem 30 anos lá na região do Vale do Paraíba. E o quê que eu tô fazendo aqui hoje? Lá atrás, quase 4 anos atrás, quando a RTA iniciou a sua gestão a procura de um local pra fazer um projeto, acho que ao contrário do que, é...inclusive do que o Dr. falou, e alguns de vocês falaram, que não houve uma alternativa locacional, pessoal da Pressato Engenharia falou aqui, rodaram mais de 6 mil quilômetros em estradas rurais, em propriedades rurais procurando um lugar. E se encontrou ali uma propriedade viável tecnicamente, segundo toda a equipe de engenharia envolvida nisso, o tempo passou, foram feitos projetos, estudos, não são estudos baratos, são caros, são, um investimento da empresa. E o que tá querendo ser feito na realidade é a melhoria da qualidade de alguma coisa que tá muito ruim hoje. Quando eu vi, no começo aqui, que eu vi todo mundo contra, com bandeirinha, com isso, tá...estão todos contra um empreendimento, um aterro, um local pra despejar esse lixo, e tudo mais. Quando eu vi a sua própria gente falando que ele sofre nesse, nesse...realmente nesse lixão, eu acho que o jeito de se olhar esse empreendimento deve ser diferente. Deve ser com jeito... ((*manifestação de vaias do público*)) ...é minha opinião! A gente respei..., eu respeitei todos que vieram falar aqui, se vocês não puderem respeitar eu acho que vocês estão no lugar errado! ((*manifestação de vaias do público*)) Mas vamos lá! Eu só queria finalizar, falando sobre motivação. Qual é a motivação de vocês falando sobre o não ou sim? A motivação é pessoal ou a motivação é da coletividade? Vocês estão pensando no próximo? Vocês estão pensando nas pessoas que estão lá no lixão? É isso que eu queria concluir, eu não quero polemizar em nenhum momento com vocês, mas

obrigado pela atenção! E a gente tá aqui à disposição! ((*manifestação de aplausos e vaias do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Chamamos agora o senhor, Eugênio de Araújo Neto.

SR. EUGÊNIO DE ARAÚJO NETO: Boa noite a todos! Eu não sei, é...eu sou engenheiro agrônomo, formado em Lavras, eu trabalho nessa área de licenciamento ambiental há 30 anos e 2 meses. Eu sou membro do Comitê de Bacias do Paraíba do Sul há 25 anos, e participo do Conselho da APA da Mantiqueira há quase 10 anos, fui conselheiro lá até dezembro do ano passado, fui conselheiro lá por 4 anos, e continuo participando, junto com alguns colegas, tô vendo o Roberto aqui, a Stela Guida, ...((inaudível)) ...alguns colegas que participam, que participam ainda ou participaram. Eu já tive em mais de 10, talvez umas 15 audiências públicas, muito bacana a manifestação, mas tem, tem que dar espaço pra ouvir o contraditório, é muito importante, né. O Dr...Dr. Bérqson o senhor citou né, sem querer, um texto do Bertolt Brecht, que acho que é um alfabeto político, quando o senhor falou do preço e tal...eu acho fundamental essa discussão, nós estamos vivendo momentos sombrios, em que a voz da população não é ouvida, e bem ou mal a gente tem que vir aqui e falar. Esse...essa plenária consultiva, quando as informações vão ser coletadas pra ser trazidas pelo órgão licenciador que é a SUPRAM. É...o tempo é curto eu só queria comentar uma coisa, no dia 27 passado, 27 de setembro, eu tive numa palestra em São José dos Campos, do Leonardo Boff, o teólogo Leonardo Boff, e ele...a palestra era sobre “sociedade e meio ambiente”. Uma das coisas que ele fez questão de falar é sobre lixo, e sobre, que...que a natureza não produz o lixo, ela se resolve, e o homem gera isso e tem que resolver, e ele o homem deve ter...beirando os seus 80 anos, falou muito em tecnologia. Vamos usar...é Leonardo Boff: “vamos usar tecnologia que nós temos disponível”. Eu tô vendo, eu tenho interesse direto, sou a favor, tá, eu tenho interesse direto na RTA, eu vim aqui colocar minha opinião técnica, mas eu acho muito importante ser ouvido, e, sobretudo, entender quais as tecnologias que são disponíveis e vão ser aplicadas nesse empreendimento. Tá, finalizando, eu vi...eu vi alguns vídeos Néó, eu vi um vídeo seu, vi do Dr. Bérqson, eu vi vários vídeos sobre, eu vi algumas informações que parece que hoje não estão tão atualizadas, sobre obras embargadas, sobre lixo tóxico...não vai dar tempo de falar, mas eu acredito que com tecnologia e respeito, a

gente consegue sair desse empasse e conseguir fazer alguma coisa útil pra sociedade. Obrigado! ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: 6 minutos aos representantes do empreendimento.

SR. ANDRÉ LUIZ GALVÃO RODRIGUES: Bom. Eu só vou responder a do Ricardo, ele disse que a gente comprou uma área que não deveria ter comprado. Primeiro, aquela área lá não foi herança da minha fa...não é herança de família, tá, nós gastamos 2 anos pra achar essa área, nós andamos 6 mil quilômetros. Todo sábado e domingo eu tava andando por aí procurando área, foi feito um estudo de viabilidade da área, a gente não tá ali por acaso não! Pode ser que, até que não dê certo, paciência, mas nós estamos fazendo a coisa certa, isso eu não tenho dúvida, tá bom! ((*manifestação de vaias e aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Chamamos agora o senhor, Jerônimo Clésio dos Reis.

SR. JERÔNIMO CLÉSIO DOS REIS: Boa noite! Boa noite a todos! Boa noite senhor Eduardo! Boa noite demais autoridades! O que ocorre é o seguinte, se falaram aqui em três processos. A RTA ela foi embargada duas vezes, na primeira ela foi embargada, foi autuada sob a alegação de que existiam irregularidades. A RTA administrativamente, provou que não existiam irregularidades, e foi absolvida da multa aplicada. No entanto, na ação dos embargos, foi julgada procedente. Passado alguns anos agora, mesmo com um TAC assinado e a RTA cumprindo esse TAC, como disse o Dr. Bérqson, o MP não é uma pessoa é uma instituição, tá, foi novamente ajuizada uma nova ação, e foi concedido uma liminar e a RTA embargada. A RTA é um empreendimento do qual todos nós aqui somos partícipes, que pode ser bom ou pode ser ruim, mas tem que se achar uma solução. Eu estava ouvindo um colega que eu respeito muito, de muitos anos e ele falou: “o que tá ocorrendo é que ninguém coloca uma solução”. E quem tem que por a solução? As autoridades. Tanto na primeira ação que a RTA foi embargada, quanto na segunda não houve um laudo técnico imparcial feito por autoridade, e aqui a única autoridade, a única, que tem idoneidade e técnica, pra poder dizer que a RTA está errada, é a SUPRAM. O Dr. Bérqson que me perdoe, pelo todo respeito que eu tenho pela

instituição e por ele enquanto profissional, tá... ((*manifestação de vaias e aplausos do público*)) Os próprios colegas, os próprios assistentes técnicos da RTA. Agora a verdade é, num primeiro momento, houve um motivo, num segundo um motivo diferente. A RTA está sendo usada politicamente para interesses individuais, e poucas pessoas não representam uma coletividade. Obrigado! ((*manifestação de vaias e aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Hálisson Abrão.

SR. HÁLISSON ABRÃO: É...boa noite a todos! Primeiramente eu gostaria de agradecer a presença de todos...é...acredito que todo mundo que veio aqui hoje tomou banho, né. É...alguns talvez não, mas a grande maioria sim né, Toninho? O senhor que gosta de se manifestar. Todos os dias, desde de 2005, Dr. Bérqson, o senhor deve ter conhecimento, desde 2005 quando um ex administrador iniciou um aterro, um lixão, lá na Usina...não foi o senhor não, Deus já levou ele. Então, desde 2005 o nosso município está sendo contaminado, e ninguém tá nem aí. Desde 2005, tá cheio de gente morrendo aqui, na minha família, na família de todo mundo aqui. Então, o câncer tá aqui e ninguém faz nada! Ninguém faz nada! O mais estranho de tudo aqui é ver que o prefeito de Baependi, o prefeito de Caxambu não tão aqui. Nenhum dos dois foi homem de vir aqui! ((*manifestação de aplausos do público*)) A população tá morrendo, a população tá sofrendo, e nenhum dos dois vem aqui! O Ministério Público entrou com uma ação contra os dois municípios, o prefeito Diogo retirou antes a concessão que ele dava pra empresa, e acabou que não foi tão acusado. O de Baependi não teve tempo, porque que talvez não foi avisado, e retirou logo depois, acabou que vai ter que pagar uma multa, juntamente com o ex-prefeito de Baependi. Então, o que acontece? Tá todo mundo aí batendo palma, tá todo mundo aí se manifestando, tá todo falando, mas ninguém dá uma solução, ninguém dá uma solução. A RTA tá aqui pra acabar com o problema do Sul de Minas, do Sul de Minas Gerais SUPRAM! A SUPRAM é o órgão responsável que vai falar se nós vamos ou não, ter esse aterro aqui em Baependi. É tão bonito ver tantas pessoas cultas aqui que eu conheço, professores, é...é pessoas graduadas, que não sabem ao menos ouvir. Mais da metade da população que tá aqui não prestou atenção em nada do que foi dito do aterro. Ninguém aqui, todo mundo aqui só simples que ia falar: não ao aterro! Só isso que vocês souberam. Ninguém prestou atenção no aterro. O aterro não contamina o solo, o aterro não causa danos. O que

causa dano é aquele lixão que um senhor começou a destinar o lixo lá em 2005 e tá causando câncer em Baependi, só que Deus já levou ele com essa doença, talvez ele já tenha pagado. Então nós precisamos abrir os olhos, parar de pensar com a nossa barriga, pensar só na gente aqui, só quem tem dinheiro aqui, que tá só se manifestando aí. Quem vai ter algum interesse, tem alguma terra lá que pode ser prejudicada, só isso que vocês estão se interessando, ninguém tá interessado no bem da população. Muito obrigado!

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Denis William de Salles.

SR. DENIS WILLIAM DE SALLES: Boa noite! Eu sou de Caxambu, trabalho na Vigilância Epidemiológica e Ambiental. Nós sabemos que o lixão e o aterro controlado ele causa um grande impacto no nosso solo, faz mal pros nossos mananciais e, todo mundo aqui quer uma solução pro nosso problema. Mas a solução está na frente de nós... *((manifestação de aplausos do público))*... a solução está a frente de nós, e nós não queremos aceitar aquilo que foi proposto. Mas enquanto vocês procuram a outra solução, vamos continuar o nosso solo, os nossos mananciais, o nosso lençol freático sendo contaminado. Boa noite pra todos! *((manifestação de aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: 6 minutos aos representantes do empreendimento.

SR^a. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: É...realmente a gente percebe que não houve irregularidade, tanto que a RTA recebeu absolvição da multa, né. Também diz assim, o Jerônimo falou assim que: “a RTA tá sendo usada por interesses políticos” Talvez a gente percebe mesmo existe partidos ou pessoas, eu não sou muito a par da política em si, pra falar bem a verdade, mas a gente percebe que há interesses pessoais, assim de grupos, e não deveria ser assim, né! Deveria a gente tá se unindo pra uma solução realmente. O Hálisson falou que o lixão tá aí desde 2005, como eu disse são mais de 7 mil toneladas por ano, então desde 2005 pra cá a gente já imagina o tamanho da contaminação. Poucas pessoas se importam realmente, muitos não querem o aterro...o aterro sanitário naquele local, né. Sempre vão haver vizinhos, e sempre pra quando vier alguém empreendimento vai ter esse tipo de situação mesmo, né! Então assim, a gente percebe que como o

Hálisson falou ninguém deu a solução até agora, exceto o empreendedor que teve a cara de vir aqui pesquisar 2 anos, rodar, achar um lugar, investir. Então assim, a gente percebe que esses, essas pessoas ela pe...elas não vão assim investir um dinheiro num local em que elas iriam simplesmente botar tudo por água abaixo, botar o nome da empresa, pagar pesadas multas. Eles estão fazendo pra que dê certo. Mas as pessoas precisam simplesmente estudar mais em relação a esse tipo de coisa. Em relação ao Denis, ele tem autoridade porque ele trabalha na vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental, e ele falou que enquanto a gente tá discutindo, na verdade o lixão tá lá, o chorume continua percolando o solo, e amanhã quem é que vai lá trabalhar? A Lia que veio aqui falar que faz dez anos que tá no lixão. E a nossa vida, segue e a gente coloca a sacolinha na porta de casa e o lixeiro leva, o coletor de lixo leva, e a nossa vida segue. Então assim, que a gente pare pra pensar um pouco, estudar o material, tanto a favor quanto contra pra poder chegar numa solução plausível, e pra gente poder opinar realmente com propriedade. ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Leandro Moreira.

SR. LEANDRO MOREIRA: Boa noite a todos! Sou Leandro, vim representar minha cidade de Caxambu com a minha oportunidade aqui neste momento. Como fui indagado, né! Talvez pra representar nossa cidade, poderia ter um político, né um vereador, um prefeito, um assessor. Mas hoje viemos aqui representar o povo, porque o povo é maioria e eu sei que quem paga o preço no final sempre é o povo. Se nós voltasse em outrora, antigamente nós não teríamos...nós não tínhamos uma água potável boa pra beber, nós não teríamos um esgoto tratado, né, em nossos lares, e nós não reclamávamos. Hoje nós temos uma água potável, nós pagam...reclamamos mas pagamos. Hoje nós temos um esgoto tratado, nós pagamos, e reclamamos...reclamamos mas pagamos. Hoje antes que eu venha definir o que eu acho do aterro sanitário, qual que é minha posição, eu queria perguntar pra vocês, tudo hoje nós pagamos, pra ter um benefício pra nossas vidas, pros nossos lares, pra nossas famílias. Seria justo nós continuar pagando, né, o degradamento do nosso solo, com a contaminação dos lixões que nós estamos vendo né. Não só na nossa cidade, como as circunvizinhas. Então queria saber com as pessoas que não é a favor sobre o aterro sanitário, qual seria né a solução pra nós? Porque hoje ao outro lado tenho visto a solução, eles têm apresentado alguma

solução. Umas pode até não, não agradar todos, mas eles têm apresentado a solução, não é verdade? Então, então eu acho, essa é minha posição, a minha posição é o que, eu sou a favor do aterro sanitário porque eu não quero que meus filhos morram de câncer, como meu pai morreu! Eu não quero que meus netos morram de câncer como outrora minha família morreu, porque o solo tá sendo realmente contaminado pelo pelos lixões. Essa é a minha posição...muito obrigado nesta noite!

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhora Ana Carla Riofer. Está presente, a senhora Ana Carla?

SR^a. ANA CARLA RIOFER: Boa noite! Meu nome é Ana Carla, sou assistente social, eu já trabalhei em projetos que envolvi...socioeducativos, que envolviam política nacional de resíduos sólidos, porque trabalhávamos com catadores. Nós sabemos que o prazo de adequação dos municípios ele estourou em 2014, né. E pelo o que nós percebemos aqui na fala de todos, tanto daqueles que são a favor, contra...quanto aqueles que são contra a implantação do aterro sanitário, é que a realidade pra adequação dos municípios está muito longe do ideal que nós gostaríamos. Uma coisa é certa, essa realidade ela precisa mudar, e essa audiência pública ela mobilizou uma quantidade de pessoas. Agora essa mobilização ela precisa ser mantida, ela precisa ser mantida pra cobrar soluções adequadas, coerentes do Poder Público. Ela precisa ser mantida também pra nós fiscalizarmos posteriormente as decisões que são tomadas. Porque muitas vezes, hoje nós estamos aqui lu...muitos estão aqui lutando contra a implantação do aterro nessa localidade, pelo que eu entendi até o momento. Muitas pessoas não são contra a implantação do aterro, mas estão contra a implantação do aterro na localidade que foi apresentada. Mas uma coisa é certa, essa é...nós nos manifestamos em momentos como esse e depois o quê que nós fazemos? Nós deixamos tudo a cargo do Poder Público. E quando as coisas chegam ao impasse enorme, nós voltamos novamente pra nos manifestarmos. Se nós queremos preservar as bacias hidrográficas, nós precisamos iniciar hoje um processo de educação ambiental. Esse é o momento fundamental pra nós ouvirmos, pra nós analisarmos tudo que tá sendo apresentado aqui, quer nós estejamos de acordo, ou não. Toda legislação deve ser respeitada, tanto a legislação que está referente às bacias, quanto também à legislação que trata da questão do término dos lixões. Essa realidade do lixão ela

não pode permanecer, ela não pode continuar. Nós não pre...não devemos nos preocupar somente com as bacias hidrográficas, mas com toda legislação que tá sendo desrespeitada. Isso precisa ser cobrado do Poder Público, tanto pelo impacto ambiental, pelo...tanto também pelo ônus que isso gera pra, pra saúde das pessoas. Muito obrigada! Aproveitem esse momento pra ouvirmos, pra tomarmos decisões coerentes, pra que nós possamos opinar de forma sábia. ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Senhor Mauro Sérgio Rangel.

SR. MAURO SÉRGIO RANGEL: Boa noite a todos! É...meu nome é Mauro como já dito, eu sou engenheiro florestal, e eu compus a equipe que elaborou os estudos que foram utilizados no processo de licenciamento. Mas eu não venho aqui me manifestar como tal, tá. Eu venho me manifestar como morador da Bacia do Rio Verde, tá. Eu moro em outra extremidade da Bacia, eu moro em Varginha. Mas mesmo morando na outra extremidade, eu me sinto influenciado em todas as decisões que são tomadas acerca do assunto do lixo, e de outros assuntos atinentes às intervenções ambientais, aos impactos ambientais, né. E...o que eu quero fazer aqui é uma apelo para os ainda presentes, a maioria já se foi, é de que, como já dito pela colega que falou antes, o momento é muito importante para que tomemos as decisões, e pra tomar decisões, nós temos que conhecer o empreendimento, nós temos que conhecer sobre lixo, né. E...um número muito importante, eu soube deste número muito recentemente, e me chamou muita atenção, é que o brasileiro, por dia, por habitante, gera 1 quilo de lixo, né. Se nós pensarmos que somos duzentos e poucos milhões de habitantes, são duzentos e poucos quilos de lixo por dia, e a grande maioria é destinada em local incorreto, né. Enfim, terminando a minha manifestação, né, terminando a minha fala. Entre decidir por manter um lixão e prejudicando principalmente as pessoas, né, que estão ao redor, que moram ao redor daquele lixão, e por que não, diretamente também as pessoas que estão dentro daquela área de influência daquele lixão, e um aterro sanitário, que, como dito pelo Dr. Bérqson, tem legislação específica, né...é o curso d'água de classe especial ou classe 1, e tem legislação que impede esse tipo de empreendimento, eu acho que a decisão deve ser muito bem pautada, no sentido de: o que é pior, né? Manter o lixão ou tentar viabilizar o empreendimento que, deve obviamente, ser um aterro, com todas as medidas de controle necessárias, pra que os impactos

ambientais que ocorrem no lixão, não venham a ocorrer, e obviamente, trazer todos os prejuízos ambientais que o lixão traz, tá. Muito obrigado! Uma boa noite a todos!
((manifestação de aplausos do público))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Agradeço a todas as manifestações. Encerramos os blocos dos inscritos, né. Foram 36 inscritos para se manifestarem. Abrimos agora a quarta e penúltima parte da nossa audiência pública com as considerações finais. As considerações finais serão... serão trabalhadas em dois tempos de 10 minutos, sendo 10 minutos ao solicitante e 10 minutos ao empreendedor e sua equipe técnica. Isso, perdão! Primeiro os 6 minutos do representante do empreendimento.

SR^a. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: Sobre a fala do Leandro, realmente o povo paga, paga o preço, né. E...eu também penso da mesma forma, que...qual seria a solução né? A gente, pessoas gritam contra ao aterro sanitário, também são contra o lixão, mas até aqui quem foi contra os dois não deu a solução. Quem é a favor do aterro sanitário né, a solução é o aterro, e quem é contra o aterro sanitário não expôs, ninguém subiu...e expôs a solução. Sobre a Ana Carla, realmente o prazo para política dos resíduos sólidos realmente era 2014, e assim, é a gente vê que a região do Sul de Minas, muito longe de conseguir o que precisa pra adequação, porque a gente percebe numa situação dessa, em que deveria haver muitas vezes, é...concordância, estudos, perguntas sinceras realmente, não carregadas de violência, mas a gente percebe que a realidade precisa mudar. E que a mobilização precisa ser mantida no sentido da gente poder fiscalizar o que acontece depois disso né. E realmente a gente precisa começar hoje né. Isso, isso daqui que tá acontecendo aqui é uma educação ambiental. A gente já percebe a pessoa se inteirando em relação a isso. E toda a legislação deve sim, ser respeitada, né, por isso estamos aqui, a documentação tá em análise pelos técnicos da SUPRAM e eles estudaram pra isso. A gente precisa levar em consideração a...a...o estudo deles, a parte técnica deles, porque não é fácil pegar um calhamaço de material, estudar tudo aquilo pra poder expor pra todo mundo, e muitas vezes as pessoas não querem entender. É muito difícil isso. Em relação ao Mauro, é...é complicado mesmo que a média é 1 quilo de lixo por dia, e realmente o que é pior né, manter o lixão ou viabilizar o empreendimento. Porque a gente não viu, a gente vai sempre...pessoas contra, algumas pessoas a favor, então, e até agora como é

que a gente resolve essa questão né? Realmente a gente espera que nós estejamos numa etapa final pra poder dar fim a contaminação das águas, porque a mesma água que o pessoal que é contra bebe, eu também bebo. E garanto que ninguém aqui quer morrer de câncer, ninguém quer perder um ente querido de câncer. É por isso que a gente é a favor dum aterro sanitário impermeabilizado e não de um lixão. ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Agora sim, iniciamos a quarta parte com as considerações finais, 10 minutos ao solicitante, e 10 minutos depois ao empreendedor ou sua equipe técnica. Abrimos com os 10 minutos para o solicitante da audiência pública, Dr. Bérqson Cardoso Guimarães, representante do Ministério Público.

DR. BÉRGSON CARDOSO GUIMARÃES: Bem! Quando nós pedimos essa audiência pública, claro que nós ouvimos as várias manifestações e ouvimos a réplica da empresa também. Eu gostaria de fazer um desabafo, no sentido de...quando nós pedimos essa audiência pública, o Ministério Público, houve muitas críticas a essa colocação do Ministério Público aqui na região, porque muitos diziam, falaram: “ora, essas audiências públicas geralmente são dominadas pela empresa, que tem um poder econômico maior, e de aglutinação, e de inscrição...” Mas nós... acho que foi muito positivo essa participação e essa discussão. Outra coisa Dr. Jerônimo, por quê que nós pedimos essa audiência pública? Porque nós acreditamos no sistema, eu acredito no sistema ambiental de Minas Gerais, até porque já trabalhei próximo a eles. Mas, muitas vezes nós temos que pensar o quê que é o ser humano. O ser humano ele é falho, ele por mais que ele queira ter as boas intenções, a natureza nunca reconhece o princípio das boas intenções, né. A gente vê aí a Vale, por exemplo, uma poderosa empresa, com os melhores profissionais do mundo...olha o quê que tá acontecendo. ((*manifestação de aplausos do público*)) Nós vemos um sistema ambiental com servidores da melhor estipe como o Cezar, como o Fred que tá aqui, mas tem falhas. Quando o Willian, que hoje é assessor de vocês, mas é ex-SUPRAM, coloca aqui publicamente Willian, que tudo vai ser monitorado, que as condicionantes vão ser...é...é...fiscalizadas, que os poços todos vão ser monitorados, que é a SUPRAM, o próprio empreendimento, eu gostaria de acreditar plenamente em você Willian, que sei que você é uma pessoa séria, convivi com você, porque você é ex-SUPRAM, e agora passou pro lado de

assessorar os empreendimentos, e é comum essa estreiteza de relação do Estado. Muitas das pessoas saíram do sistema do Estado para iniciativa privada. Então Dr. Jerônimo, eu vou ser...meu tempo é pequeno pra responder e fazer tantas colocações aqui de ordem técnica, mas eu gostaria de dizer uma coisa, dado que o senhor entrou numa ceara jurídica e até mesmo processual. Eu acho que a atuação, principalmente jurídica e técnica, foi péssima de vocês. Horrível! Primeiro, ao tentar uma AAF, Autorização Ambiental de Funcionamento, pra um empreendimento que certamente se queria maior do que aquilo. Houve uma autuação, a SUPRAM anulou a autuação. Respeito, respeitamos! Tanto é que li a defesa do Dr. Cezar que respaldou a agência...a Advocacia da União, mas de repente, eu tenho o direito de não concordar, e eu concordo...não concordo como profissional do Ministério Público. Hoje o Ministério Público é uma das instituições mais atacadas desse país. A cada dia tem um projeto novo, querendo tirar abuso de autoridade, tirar poder...por quê? Porque incomoda muito! Se não fosse esse laudo Dr. Jerônimo, produzido por uma ONG, ONG sim, eu pessoalmente não tenho dúvida que esse...que esse processo já tava aprovado, sem qualquer discussão. Sem qualquer audiência pública...(*manifestação de aplausos do público*)...sem procurar se ver qualquer pesquisa! Me desculpe, Cezar! Mas o sistema funciona assim, o poder econômico ele anda de mãos dadas com o poder político, na audiência que o senhor participou o advogado da prefeitura diz que houve um acordo com a empresa da prefeitura, de 5 anos, que não...a empresa não cobraria. Isso foi dito lá, no Fórum. Será que as coisas têm que ser decididas...por quê que hoje não veio nenhum representante eleito do município aqui, falar, dar sua manifestação. Falou-se em resultado, nós estamos lutado pro resultado, é todo dia aqui nessa região. Nós estamos tentando um resultado com o prefeito, pessoas eleitas, mas a conclusão que se chega é que os danos são feitos pelo próprio Estado. Esse lixão que hoje tem esse pessoal reclamando, ele veio de decisão política. Esse lugar aonde é instalado é uma área nobre da região, a chamada...(*incompreensível*)...umas das áreas mais nobres. Essa decisão que se colocou de construir um lixão foi uma decisão política, não foi do povo. Infelizmente foi de alguém que foi eleito pelo povo. É um problema complexo, como é que nós vamos questionar, lidar...olha foi assim, né. Hoje, ainda...olhando aqui, participando dessa audiência, eu pensava: gente, os institutos da participação são tão importantes nesse país, né, audiência pública, os conselhos como o senhor disse que faz parte da ARPA, mas de que forma que isso tá funcionando? Eu tenho hora que fico em dúvida, sabe! A manipulação desses

conselhos, as audiências públicas, a participação se não vier de dentro da sociedade, pra entender o problema de quem tá lá, por exemplo, no Avanço. Com as novas deliberações que acontecem agora na legislação do Estado, agora que o Estado está acordando, dentro do sistema de licenciamento da necessidade de se observar o enquadramento das águas, porque isso nunca foi respeitado. Por mais que eu respeite aos senhores, profissionais, o biólogo, como que eu vou discutir com uma pessoa formada em biologia, o senhor engenheiro é...é...agrícola, não é? Ou seja, a gente tem que ser muito disciplinar, mas eu conheço o sistema como que ele funciona, infelizmente, né. E o Ministério Público chegou a uma posição institucional sobre a legislação que esse lugar há uma proibição legal, há uma proibição clara baseada em outros profissionais. Porque se a SUPRAM diz, eu não preciso...eu não preciso necessariamente concordar com tudo, eles podem errar. Quantas e quantas vezes atuando no COPAM nós vimos que só se chamava atenção de um determinado empreendimento das condicionantes, quando tinha um problema, uma polêmica. E a SUPRAM não dá conta de tudo, o número de profissionais eles não tem...é impossível, apurar cada condicionante e monitorar cada empreendimento. E hoje o sistema é mais auto declaratório e tá caminhando pra isso porque não se encontra a solução. Gente, a opinião do Ministério Público é uma opinião institucional, baseada nos profissionais que nos deram subsídio. O que nós representamos, estamos procurando representar, é a sociedade, não é o interesse do Estado, não é um interesse privado, não é um interesse de determinado setor político, nós temos que analisar o interesse coletivo. É difícil, é muito difícil, o Ministério Público apanha de tudo quanto é lado, nunca apanhou tanto quanto como tá apanhando nesse país, porque incomoda! As pessoas queriam que as coisas fossem mais...do jeito que cada um pensa que tem que ser as coisas. Esse processo judicial que o Dr. Jerônimo falou tem uma série de erros, série de erros! Essa autuação por exemplo que foi anulada, isso poderia haver até uma investigação criminal. Mas ah, por que que não apurou? Nós tivemos reuniões, nós procuramos contato com a empresa, né. Nós tivemos abertos a conversar o Ministério Público. Agora, não reclame da nossa posição. Porque nós fomos buscar...a sociedade que pagou esse laudo, foi a sociedade que pagou, foi um projeto que pagou esse laudo construído que chegou a essa conclusão. Por mais que ela contrarie a posição dos profissionais que trabalharam pra empresa. E nós vamos continuar com essa posição, até que, tecnicamente alguém...a palavra final é da SUPRAM claro, diga não esse laudo tá errado, essa posição do Ministério

Público tá errada e nós, Estado, achamos que tá tudo certo, tudo bem. Quando eu pedi essa audiência pública é confiando no sistema, e continuo confiando no sistema, Dr. Cezar. Confio no sistema. Esses sistemas por mais que eles sejam precários, e formado por pessoas seres humanos, nós temos que confiar. E é por isso que eu tô aqui hoje! É por isso que eu tô aqui hoje, vivendo este desgaste todo, né. Eu poderia tá discutindo até tecnicamente, mas essa é a realidade. Muito obrigado! ((*manifestação de aplausos do público*))

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: 10 minutos ao empreendedor ou seu equipe técnica.

SR. EUGÊNIO DE ARAÚJO NETO: Boa noite a todos! Pessoal da...permitiu eu fazer algumas colocações. Dr. Bérqson, eu trabalho junto, eu posso ter a liberdade de falar, do GAEMA São José dos Campos, Dr. Laerte, pessoal, já há 30 anos... Dr. Roberto...((*incompreensível*))...tem um pessoal antigo lá de São Paulo, Ministério Público, que é uma das instituições mais respeitáveis do nosso país. Só que também erra, também é falível, é...também tem uma atuação política. Dificilmente aqui...esse é um fórum político de discussão. Na discussão técnica sobre esse empreendimento, o que a SUPRAM faz, eu não conhecia a equipe da SUPRAM, fui numa reunião com eles em Varginha, fiquei...eu...eu trabalho a 30 anos nessa área, fiquei muito bem impressionado com a disposição e a qualidade técnica do pessoal, falei pra Stela isso, do pessoal da equipe deles. Muito atencioso, a condução aqui da reunião...é...parabéns, muito bem conduzida, com tranquilidade. Já vi audiências e foram desastrosas, foi com muita tranquilidade e muito respeito. É então é o seguinte, o que a SUPRAM vai fazer é ponderar sobre os impactos positivos e negativos desse empreendimento. Considerando tudo, as nuances referentes aos recursos hídricos aqui da região é fundamental, fundamental! E vai ser também considerado. O que foi falado aqui na reunião vai ser anotado, pelo pessoal da RTA também, nós técnicos interessados nessa questão, que somos a favor desse empreendimento, vamos fazer sim. E por último, eh...quando o senhor falou que o EIA/RIMA sempre é favorável...porque quando não é favorável, simplesmente o empreendimento não é feito. Nesses 30 anos que eu atuo nessa área, já aconteceu dezenas de casos que nós pegamos pra estudar, chegamos pro empreendedor e falamos: olha, esse empreendimento não é viável. E se mudou, não foi feito. Então

claro, o EIA/RIMA só é encaminhado e feito quando existe uma viabilidade técnica e ambiental, e obviamente legal.

SR. ANDRÉ LUIZ GALVÃO RODRIGUES: Minha fala vai ser rápida! Primeiro Dr. Bérqson, o senhor me desculpe, mas eu não fui convidado nenhuma vez pra ser...pra conversar. O senhor me desculpa tá! Eu tive lá conversando com o senhor, e o senhor falou assim: olha, olha só.. ((*Dr. Bérqson falando fora do microfone*))...o senhor falou pra mim o seguinte: eu sou contra a AAF, eu tô a favor de fazer u, EIA/RIMA, tá. O senhor me falou desse jeito. Eu juro por tudo que é mais sagrado nessa vida que eu ouvi desse jeito, tá. O senhor me desculpa! É outra coisa, ele falou...dando continuidade...ele falou que foi contra a AAF. Por quê que nós optamos pela AAF? Em Cachoeira Paulista nós fizemos...lá é um pouco diferente, né, e a CETESB, nós fizemos o RAP, que é o relatório preliminar, e começamos receber o lixo do município de Cachoeira Paulista. Nós começamos receber o lixo do município, montamos toda a estrutura, começamos fazer trabalho de educação ambiental, levar população, levar comunidade, levar os alunos, as escolas, envolvemos as escolas, e eles viram como que funciona um aterro. Quando foi...quando fez a audiência pública pra...pro EIA/RIMA...eu tenho gravado, eu posso ceder pra qualquer um ver, não teve uma pessoa que se manifestou contrário, tá. Não teve uma pessoa que se manifestou contrário, por quê? Porque ele já sabia como que funcionava. Aqui eu não consegui fazer isso, infelizmente. Daí...ah mas montaram aquele aterrinho lá pequenininho e iam mentir pra gente, ia enrolar a gente que ia receber um volume grande de lixo. Isso não ia acontecer. Cachoeira, eu fiquei 4 anos lá recebendo lixo só do município, vinha os outros prefeitos: “pelo amor de Deus deixa eu trazer o lixo aqui!” Eu falei: eu não posso receber! Primeiro, pro município levar lixo no aterro sanitário, tem que ter...fazer a licitação. Sem processo licitatório, tem um prefeito aqui que sabe muito bem, que não pode fazer isso. Um dos primeiros itens que pede no edital é a licença ambiental do aterro. Então se eu não tinha licença pra receber lixo de outra cidade como é que eu ia receber? Como que eu tava enganando as pessoas? Pelo amor de Deus, gente! Eu tava fazendo a coisa certa, eu ia receber só o lixo de Baependi, ia mostrar pra população como que funcionava um aterro sanitário, depois sim a gente ia dar continuidade com o processo do EIA/RIMA e ampliação. ((*manifestação de aplausos do público*))

DR. JERÔNIMO CLÉSIO DOS REIS: Dr. Bérqson, eu concordo com o senhor, quando o senhor afirma que a gente deve acreditar no sistema. Concordo com o senhor quando a gente...quando o senhor afirma eu a gente tem que acreditar na instituição, mas mais do que acreditar nessas duas, eu acredito no Direito, e no Direito o advogado é o único que é imparcial e que pode buscar justiça. Discordo do senhor quando o senhor afirma, que a nossa assistência técnica jurídica foi falha, porque nós derrubamos um auto de multa, como o seu André falou: todas as licenças, todo o material, todo o procedimento pra obter as licenças, os nossos assistentes técnicos o conseguiram. E afirmo pro senhor, o laudo que a ARPA fez é tendencioso! Primeiro, primeiro...ela só aponta falhas da empresa, ela não aponta uma solução. Segundo, tá...segundo, ela cobra procedimentos que ainda não estão na fase. Quer prova disso? A mesma...a mesma ONG que tem que ser isenta, e que fez esse laudo tendencioso, foi a que recebeu, que direcionou as multas que covardemente, políticos que aqui deveriam estar, atuais e passados, não estão, pagaram de bom grado pra não serem processados. Então, eu afirmo o seguinte...eu afirmo o seguinte: nós vamos provar isso no processo! ((Dr. Bérqson falando fora do microfone))

SR^a. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: É...agradecendo pela oportunidade...

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Dr. Bérqson eu vou conceder o direito de réplica.

SR^a. BRUNA BOZZOLA DE CASTRO E SANTANA: Falta 10...falta 3 minutos ainda...eu vou utilizar...é...queremos dizer o seguinte...

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Dr. Bérqson eu vou conceder o direito de resposta. Após a manifestação do empreendedor ou vou conceder 5 mi...eu vou conceder mais 5 minutos pra resposta.

SR. EDUARDO MARTINS FILHO (REPRESENTANTE DA RTA): Eu gostaria de agradecer a presença de todo mundo, dos que já foram também, em especial ao Dr. Bérqson que...que provocou a audiência, e que nos deu a oportunidade de mostrar o empreendimento, a SUPRAM que conduziu brilhantemente a audiência à justa

medida, e como eu tô falando aqui em Minas Gerais, eu queria deixar um pedido pras autoridades. Minas Gerais é o berço da liberdade do nosso país, então eu peço...se a RTA tivesse usando de poder econômico não teria nenhum prefeito aqui não, teria 15. Em nenhum momento a gente usou de leviandade nesse ponto. *((manifestação de aplausos do público))* E acredito que...acredito que o Promotor também não. Agora eu tenho um pedido pras autoridades, deixa, de...por favor...deixa a RTA ser analisada pelo órgão competente, o órgão do Estado. A RTA não tem nada a ver com a Vale do Rio Doce, não tem...se a gente partir da pre...eu não sei se eu vou chegar ali no carro, posso enfartar antes. Se a gente partir dessa premissa nós não vamos fazer mais nada na vida. Então eu peço às autoridades que não estão aqui né, deixem a SU...deixem a SUPRAM analisar o projeto, o projeto é bom. Ah o projeto não tem riscos? A gente minimizou o máximo os riscos. Agora, volto a falar, eu posso morrer indo pro carro. O risco é da vida, o risco é da natureza, é da criação de Deus. Então, como aqui é o berço da liberdade, deixa a SUPRAM analisar a RTA. Ela é o órgão competente pra isso. Era só. *((manifestação de aplausos do público))*

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Com base no artigo 19 da Deliberação, eu vou conceder 5 minutos ao Dr. Bérqson para manifestação, adicionalmente.

DR. BÉRGSON CARDOSO GUIMARÃES: Eu só quero comunicar que eu vou me abster. Dr. Jerônimo fez várias colocações depois da minha fala, com contraditório, fez algumas questões, eu fiz também, e na verdade a minha responsabilidade como autoridade, que atuo no processo, as decisões...é uma responsabilidade muito grave. Se eu for fazer o contraditório, eu acho que isso aqui não tem fim. Gostaria, gostaria muito, mas acho que isso aqui não tem fim. Fala, fala de uma forma muitas vezes até agressiva, entrando muito na questão é...técnica, vamos dizer, mesmo o lado jurídico técnico. Então eu vou me abster. Eu gostaria de agradecer a todos que se mantiveram até essa hora, aos senhores, mais especificamente do lixão da... *((incompreensível))*, nós temos...eu vim pra uma audiência que é esse fato, o caso de vocês é um caso também gravíssimo que tá sendo tratado a parte. Inclusive tá judicializado já. Foram várias administrações que não fizeram a gestão adequada e chegou aquele ponto deplorável que está. Mas um caso não justifica outro. Não é o fato que tá acontecendo lá é que vai justificar esse empreendimento. Respeito a empresa, respeito os profissionais que trabalharam, mas a realidade do sistema e a

realidade de se conectar a população em interesse, volto a dizer, coletivo, ela é muito complexa, ela é difícil viu, viu doutor? Viu? Não são às vezes uma martelada ou uma canetada, é justamente isso, é o consenso, sabe? E o quê que mira, o quê que mira? O Dr. Jerônimo disse do Direito, o quê que mira é justamente a lei, a pauta da lei, e é nisso que nós estamos...é nisso que a gente se segura, é isso que pautou minha atuação hoje aqui, viu Cezar? É a legislação, e há todo esse embate de interesses, coletivos, mas o que me faz ter força pra, nesse argumento, nesse fundamento, é a produção técnica, mesmo tão criticada pelo Dr. Jerônimo, mas é uma Entidade que tá com 18 projetos, Dr. Jerônimo, mas é uma Entidade que tá com 18 projetos aqui no Sul de Minas, e trabalhando inclusive com convênios com empresas como a Geno...a Danone, inclusive na questão da reciclagem, um projeto Insea, do Insea, chama "Novo Ciclo", em 27 municípios, na reciclagem, tratando da questão de resíduos. Isso talvez não seja do conhecimento de vocês, mas através dessa parceria, da UFLA, com a ARPA, tão criticada pelo doutor, no laudo, volto a dizer, mas é com isso que nós estamos conseguindo resultado. O Ministério Público, essencialmente ele não tem que trazer aqui a solução. André, nós já participamos de uma audiência pública em Caxambu é lá eu disse pra você, assim como você tá sentado: vamos sentar e discutir uma alternativa locacional! Numa audiência pública também. Você teve no meu gabinete, né. Peço licença a vocês, eu acho que o debate teve muito profícuo, e...tá nas mãos da SUPRAM, né.

SR. CEZAR AUGUSTO FONSECA E CRUZ: Chegamos então a quinta parte, Dr. Bérqson só gostaria de...nesse encerramento, garantir pro senhor a lisura do trabalho da SUPRAM Sul de Minas, a idoneidade. À comunidade que ficou aqui presente também, o meu agradecimento, aos representantes do empreendimento o meu agradecimento pelas disposições que foram feitas. Temos muitos apontamentos que estão aqui conosco, eu garanto que serão tratados devidamente dentro do processo. Tudo será considerado e fará parte do documento público, que é o nosso parecer, tá. É...não cabe aqui manifestação pro ou contra da SUPRAM, análise será de mérito técnico e legal, tá. E tudo que foi apontado será considerado e vai eventualmente demonstrar se o empreendimento é viável ou não de ser instalado na localidade onde ele requer. Então eu deixo pra comunidade e eu desejo que a comunidade sinta segurança, e que o Poder Público e o Poder Privado também sintam segurança de que a análise técnica da SUPRAM Sul de Minas vai se pautar pela tecnicidade, pela legalidade e pela lisura em todo o processo ao qual é

público e continuará sendo público. É, pra encerrar então eu comunico que todos os interessados, eles têm um prazo de até 5 dias úteis, contados da data dessa audiência, para apresentar documentos, quaisquer, relativos às questões envolvidas e podem fazer para isso, o protocolo via Correios, podem encaminhar cartas ou documentos via Correios. Pra isso contará o prazo de 5 dias úteis, é...e a verificação desse prazo é a partir da data de postagem na agência dos Correios, caso seja esse. Se preferirem o protocolo desses documentos poderá ser feito no balcão da SUPRAM Sul de Minas, no qual permanece funcionando das 08h30min da manhã até as 16h30min da tarde. Muito obrigado a todos, agradeço a presença de vocês, agradeço as autoridades presentes, ao empreendedor, pela oportunidade né. Agradeço a todos vocês por esta noite! Desejo a todos que vão em paz e Deus os acompanhe!